

contraponto

ANO 19 Nº 122 Setembro/Octubro 2019



Cultura da resistência: Rebelião das artes em busca de justiça social

COMO UMA ONDA NO MAR

O tsunami é gerado por uma grande colisão que faz tremer o solo dos mares. Suponhamos que esse tremor tenha sido gerado pelo resultado das eleições do ano passado. Sem dúvidas, a vitória de um sujeito da índole de Bolsonaro desestabilizou o chão de muitos.

Naquele momento esperávamos o mar recuar para que, no final de seu mandato, pudéssemos ver a destruição gerada pela onda caótica de seu governo. Apenas especulávamos, sem poder enxergar no horizonte a magnitude da onda que estaria por vir.

Esperávamos um recuo mais lento do mar, mas já é necessário percorrer uma extensa faixa de areia para alcançar o oceano. Nos esquecemos que uma das características do tsunami é sua rapidez. E esse governo tem sido rápido e destrutivo.

Parece que o universo compartilha da nossa angústia e tem dado seu melhor para acelerar o movimento de rotação da Terra. O eterno mês de agosto passou num piscar de olhos. Não deve ter sido fácil para o planeta viver com tantas queimaduras.

Uma reflexão é válida. Podemos ter a sensação de que a Terra pode estar girando mais rápido para aliviar nossos sentimentos, mas na verdade, ela pode girar mais rápido para nos expulsar. Quanto mais depressa o tempo passa, menos tempo nós, humanos, temos em comunhão o planeta. Como numa centrifuga, estamos sendo expelidos.

A devastadora onda ainda não chegou. E se ela já está desse tamanho e causando tanta destruição, longe de alcançar a orla de nossas praias, não temos tempo a perder. Não podemos esperar estáticos, é preciso construir uma barreira equivalente.

O Tsunami da Educação mostrou que o governo não é o único capaz de desestabilizar os solos. A reprovação do presidente só aumenta, tanto aqui quanto acolá. Talvez estejamos presenciando o início do fim do Tsunami da Destrução. E nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia.

SUMÁRIO

PROBLEMAS NA APROVAÇÃO DO BREXIT GERAM CRISE PARA A DEMOCRACIA INGLESA	3
ALBERTO FERNÁNDEZ VENCE AS PRIMÁRIAS ARGENTINAS E POSSIBILITA VOLTA DO KIRCHNEIRISMO	4
ADOLF HITLER: UM PRODUTO DE SEU TEMPO	6
OSASCO E O CACHORRO QUENTE	7
O CÁRCERE DE UM SÍMBOLO DA LUTA POR MORADIA	8
PERSEGUIÇÃO AOS POVOS ORIGINÁRIOS:	
UM EMBATE ENTRE A LÓGICA CAPITALISTA E A LÓGICA DA PLURARIDADE	10
ENSAIO FOTOGRÁFICO	
CULTURA E RESISTÊNCIA ARTÍSTICA EM SP	12
QUANTO CUSTA O FEMINISMO?	14
AGROTÓXICOS E A CULTURA INDÍGENA	15
AMAZÔNIA: DESMATAMENTO, QUEIMADAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16
ATAQUES À ARTE RELEMBRAM PERÍODOS TURBULENTOS	17
CONTRA OS CAFONAS: A CULTURA PEDE LICENÇA	18
A REPÚBLICA VESTE PRADA	20
POESIA	
QUAL O SENTIDO DA VIDA?	
COLIBRI-ABELHA-CUBANO, EU LÍRICO	21
RESENHA	
POR QUE RAFIKI NÃO SE PROPÕE A SER MAIS QUE UM ROMANCE	22
CRÔNICA	
O DESENHAR DA BOCA	23
CONTRA-ATAQUE	
DEZ LIVROS PARA ENTENDER A CULTURA BOLEIRA NO BRASIL	24

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

DE SÃO PAULO

PUC-SP

Maria Amalia Pie Abib Andery

REITORA

Fernando Antonio de Almeida

VICE-REITOR

Márcio Alves da Fonseca

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Alexandra Fogli Serpa Geraldini

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Marcia Flaire Pedroza

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Silas Guerriero

PRÓ-REITOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Antonio Carlos Malheiros

PRÓ-REITOR DE CULTURA E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Mariangela Belfiore Wanderley

CHEFE DE GABINETE

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES – FAFICLA

Angela Brambillia P. Lessa

DIRETORA

Cristiano Burmester

DIRETOR ADJUNTO

Valdir Mengardo

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Fabio Cypriano

COORDENADOR DO CURSO DE JORNALISMO

Endereço: Rua Monte Alegre, 984
Perdizes - CEP: 05014-901

EXPEDIENTE

CONTRAPONTO

Comitê Laboratorial

Cristiano Burmester, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Editora Responsável

Anna Flávia Feldmann

Ombudsman

André Vieira

Editor assistente

Raul Vitor

Editorias

Ambiental: Vitória Martins

Cidades: Sarah Catherine Camara de Seles

Cultura: Julia Cachapuz

Esportes: Henrique Sales Barros

Internacional: Daniel Gateno

Política: Giovanna Colossi

Fotografia

Nádyia Duarte

Revisão

Beatriz Aguiar, Gabriella Lopes, Giovanna Colossi, Maria Clara Vieira, Raul Vitor e Vitor Hugo

Foto da Capa: Heloísa Lisboa
Somos muitos: experimentos sobre coletividade – Pinacoteca

JM Desenvolvimento Criativo Ltda-ME
Fone: 11 3679.7746

CONTRAPONTO é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes
CEP 05.014-901 – São Paulo – SP
Fone: 11 3670.8205

Número 122 – Setembro/Outubro de 2019

Lumen Graph
Fone: 11 94708.5762

PROBLEMAS NA APROVAÇÃO DO BREXIT GERAM CRISE PARA A DEMOCRACIA INGLESA

Por Thiago Silveira e Camilo Mota

Desde o começo de agosto, a Inglaterra vem sofrendo fortes ataques nos acordos do Brexit. Após a renúncia da então primeira-ministra, Theresa May, o projeto de lei que teria de ser elaborado para a saída da Inglaterra da União Europeia (EU), com acordo firmado, sofreu um grave abalo com o novo primeiro-ministro.

Boris Johnson, líder do Partido Conservador desde julho, teve como prioridades estabelecer conchaves e acordos parlamentares para a resolução do Brexit. Entretanto, suas ações foram outras. No dia 31 de agosto, Johnson se reuniu com a rainha Elizabeth II a fim de conseguir um aval para suspender o parlamento até o mês de outubro para então apresentar uma nova agenda nacional. O que de certa forma intrigou não só o povo inglês, mas também a comunidade internacional.

Mesmo sendo a Inglaterra considerada uma monarquia parlamentar na qual a rainha exerce seu papel de chefe de Estado, chefe das Forças Armadas, da Igreja e do chamado *Commonwealth* (Comunidade Britânica), ela tem o poder de dissolver o parlamento e designar um novo primeiro-ministro. Porém, esta atribuição é apenas teórica, uma vez que, se colocada em prática, poderia dar início a uma crise constitucional na monarquia.

Sendo assim, Johnson vem perdendo cada vez mais o apoio do parlamento e até mesmo as chances de continuar no cargo de premier. No dia cinco de setembro, ocorreram votações no parlamento em que Boris realmente perdeu liderança no congresso. O parlamentar Philip Lee anunciou sua saída do Partido Conservador e foi para o Partido Liberal Democrata tirando a maioria de assentos do partido de Boris.

O ainda primeiro-ministro tem até o começo do mês de outubro para firmar um acordo com o parlamento e uma decisão apaziguadora para a saída do Reino Unido da União Europeia.

Outras sucessivas derrotas sofridas por Johnson foram a perda de poder de decisão sobre qualquer tema relacionado ao Brexit, não poder decretar a dissolução do parlamento e nem convocar antecipadamente novas eleições parlamentares.

Enfrentando todos estes problemas, a população foi às ruas para se manifestar contra suas decisões e, até mesmo, acusar Johnson de uma tentativa de golpe de Estado. E para quem chegou ao poder confiante de que tomaria as rédeas do divórcio com a União Europeia, ele se isola cada vez mais.

Diante de tamanho impasse, o **Contraponto** conversou com Jon Harris, morador da cidade de Londres, para saber sua opinião sobre os últimos tramites do primeiro-ministro.

Contraponto – Como você enxerga a articulação política conduzida por Boris Johnson para garantir o Brexit?

Primeiro-ministro Boris Johnson viu cair por terra sua intenção de saída do Reino Unido da União Europeia



Manifestação na praça central de Londres contra a saída da UK da União Europeia



© Fotos: Andreia Ridolfo

Jon Harris – Em minha opinião, neste momento não há garantia de que o Brexit irá acontecer. E, se acontecer, terá que passar por um projeto de lei que tem de ser aprovado pela Câmara dos Lordes [câmara alta do parlamento do Reino Unido. Hoje formada por dois arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana (Lordes Espirituais), e 734 membros da nobreza britânica (Lordes Temporais)].

CP – Você acha que os recentes protestos contribuíram para o último projeto de lei bloqueando a não saída do Reino Unido sem um acordo firmado?

JH – As manifestações tornam as pessoas conscientes, mas desta vez ela teve muito pouco impacto. E a extrema direita quer realmente a saída do Reino Unido sem acordo algum.

Clima de incerteza

A 51 dias do prazo máximo (até então) estabelecido para que o Reino Unido saia permanentemente do bloco europeu, os britânicos vivem seus dias mais incertos. O fato é que o país sempre esteve insatisfeito com a aliança mesmo quando entrou para a então Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1973, sob a liderança da primeira-ministra Margaret Thatcher.

Sua entrada na CEE aconteceu somente 22 anos após a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), origem da atual UE. Outro ponto curioso a ser destacado é a realização

de um referendo dois anos após sua entrada, em 1975, que já indagava a permanência do Reino ou não. O Reino Unido, então, sempre esteve um passo atrás acreditando que assim o país não cresceria economicamente tanto quanto se não fosse membro. E continuaria membro apenas com a condição de manter sua moeda, a Libra.

O desfecho do Brexit, contudo, ainda é incerto e todos os prováveis destinos trarão consequências não somente para os britânicos, mas, principalmente, para europeus que residem no país e dependem da livre circulação entre os demais países do continente.

Se por um lado Boris Johnson não consegue levar adiante seus propósitos e o cerco se acirra, uma saída sem acordo seria uma tragédia que pode comprometer toda a economia britânica. Por outro lado, como o parlamento já mostrou reagir às investidas do premier, um soft brexit acordado entre ambas as partes seria no mínimo uma tentativa de “manter as pazes após o divórcio”.

Em nova derrota na Câmara dos Comuns, o primeiro ministro não conseguiu apoio não havendo a possibilidade de novas eleições antes da resolução do Brexit. O parlamento agora ficará fechado até o dia 14 de outubro, quando o primeiro-ministro precisará conseguir fechar um acordo ao invés de ter que pedir outro adiamento à UE. Ele alegou preferir “estar morto em uma vala” do que fazer um novo pedido.

ALBERTO FERNÁNDEZ VENCE AS PRIMÁRIAS ARGENTINAS E POSSIBILITA VOLTA DO KIRCHNEIRISMO

Por Daniel Gatenó
e João Pedro Coelho

O candidato da oposição Alberto Fernández venceu Mauricio Macri (o atual presidente argentino) por uma diferença de 15 pontos percentuais (47% x 32%) nas eleições primárias do país, realizadas em agosto. Devido à falta de concorrência dentro de cada partido, as primárias serviram como pesquisa de intenção de voto para o primeiro turno que ocorrerá em outubro.

A vitória da Frente de Todos – chapa composta por Fernández e por Cristina Kirchner, candidata à vice-presidência – evidencia o descontentamento com as medidas impopulares aplicadas pelo atual governo. Essas medidas visam à diminuição do déficit nas finanças públicas e, consequentemente, da inflação, que, durante o segundo mandato de Cristina (2011-2015), apresentou crescimento elevado.

Macri foi eleito em 2015 com a retórica de que seu modelo de liberalismo solucionaria a flutuação do peso, além de reduzir a histórica inflação no país, a qual relacionou à incapacidade dos governantes anteriores. Desse modo, promoveu uma série de mudanças na economia, ainda que tenham sido anunciadas pelo governo como transformações graduais. Ele também retirou os subsídios estatais para as tarifas públicas, aboliu os limites para compra de dólar (cepo), elevou as taxas de juros, que em agosto de 2019 chegaram a 74% e aprovou as reformas da previdência e tributária.

Além disso, para tentar frear a recessão econômica, e com a expectativa de atrair investimentos estrangeiros, o governo negocou, em 2018, um empréstimo de 57 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em contrapartida, Macri prometeu implementar políticas de austeridade, retirando investimentos de áreas como a saúde e a educação.

Em entrevista ao **Contraponto**, a socióloga argentina Taly Baran relata acreditar que a situação de seu país é angustiante e instável, porém totalmente previsível. "A história da Argentina já nos ensinou que a diminuição de políticas de fomento ao trabalho, à educação e a inclusão só podem terminar em uma enorme crise social. A alta taxa de juros e a desregulamentação do mercado interno apenas prejudicam a população."

A dependência ao FMI, por sua vez, remete à crise de 2001, uma das maiores da história da Argentina. Na década de 90, durante o governo de Carlos Menem (1989-1999), o país também teve sua economia refém do fundo internacional, que, além de comprometer-se com o pagamento dos empréstimos, funcionava como certificado de garantia aos investidores estrangeiros, o que contribuiu para o cenário vivido em 2001.

O projeto liberal proposto por Macri, entretanto, não resolveu os problemas argentinos. Próximo ao final de seu mandato, o ex-empresário chega às eleições de outubro com dados negativos sobre seu governo. Segundo o Instituto

Candidato peronista, que tem Cristina Kirchner em sua chapa, possui grande vantagem sobre Mauricio Macri e pode ser o novo presidente argentino



“**A HISTÓRIA DA ARGENTINA JÁ NOS ENSINOU QUE A DIMINUIÇÃO DE POLÍTICAS DE FOMENTO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO SÓ PODEM TERMINAR EM UMA ENORME CRISE SOCIAL. A ALTA TAXA DE JUROS E A DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO INTERNO APENAS PREJUDICAM A POPULAÇÃO.”**

(TALY BARAN, SOCIOLOGA)

Alberto Fernández e Cristina Kirchner em campanha na cidade de Rosário

Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), a taxa de desemprego chegou a 10%, a maior taxa desde 2006. Além disso, a inflação chegou a 55% e a pobreza atingiu 13 milhões de pessoas, ou seja, 32% da população.

Após a derrota nas eleições primárias, Macri anunciou uma série de medidas que contrariam o projeto liberal proposto durante seu mandato. Entre as providências tomadas pelo presidente argentino estão o congelamento dos preços dos combustíveis, o aumento do salário mínimo em 25%, a redução do imposto de renda para pessoas físicas de baixa renda, e o limite de compra de dez mil dólares para os cidadãos, ação entendida pelos argentinos como a volta do “cepo” imposto por Cristina durante seu segundo mandato.

Baran também comentou sobre o limite imposto por Macri em relação aos dólares e a comparação desta medida com atitudes kirchneristas. “Existe um elemento cultural, muito argentino de economizar dólares. Não sei em quantos países do mundo as pessoas têm mais confiança em uma moeda estrangeira do que na moeda do próprio país. Quando houve a regulação do dólar, durante o kirchnerismo (para proteger a indústria nacional, pois claramente a Argentina não pode competir com preços chineses) as pessoas diziam que se sentiam em uma ditadura”.

Além disso, Nicolás Dujovne, Ministro da Economia do governo Macri desde 2017 e responsável por organizar o acordo com o FMI, renunciou ao cargo por não concordar com o pacote intervencionista proposto pelo Poder Executivo. Dujovne afirmou que as novas medidas vão de encontro às normas impostas pelo FMI para conceder o empréstimo. Em seu lugar, assumiu Hernán Lacunza que, após uma semana no cargo, no dia 28 de agosto, declarou moratória das dívidas a curto prazo e afirmou que o país vai renegociar os vencimentos a médio e longo prazos, o que engloba o empréstimo fornecido pelo FMI.

É esse cenário de crise que torna a eleição de Alberto Fernández, em outubro, um cenário provável. Além dos quinze pontos percentuais de vantagem sobre Macri, obtidos nas eleições primárias, o candidato peronista tem ao seu lado a baixa rejeição, muito por conta de seu posicionamento moderado dentro da ala kirchnerista.

Fernández é professor de direito na Universidade de Buenos Aires (UBA). Estava afastado das atividades políticas desde o primeiro ano do mandato de sua companheira de chapa, Cristina Kirchner. O candidato da oposição foi ministro-chefe do governo de Néstor Kirchner, ex-presidente da Argentina e morto em 2010.



© Rodolfo Buhrer/Reuters

Alberto Fernández em visita ao ex-presidente, preso em Curitiba: "Lula deveria estar livre para concorrer a uma eleição com Bolsonaro"



© Juan Mabromata/AFP

O atual presidente argentino, Mauricio Macri

A popularidade de Fernández cresceu nas redes sociais pelas suas cotidianas interações com seu cachorro Dylan, que tem o nome inspirado no famoso músico americano Bob Dylan e pelo seu relacionamento com o filho Estanislau, drag queen e cosplayer. O professor universitário já declarou em diversas entrevistas que tem orgulho do filho, um grande militante da comunidade LGBTQI+. "Tenho orgulho do meu filho, como não vou ter? Ele é militante dos direitos dessa comunidade, ficaria preocupado se fosse um delinquente".

Após diversas sondagens, Cristina Kirchner o procurou para propor uma aliança de oposição ao governo de Mauricio Macri. A figura da ex-presidente não era boa entre aliados peronistas nem para as alas mais afastadas do kirchnerismo dentro do Partido Justicialista. Fernández tinha experiência, um perfil apaziguador e começava a ter a simpatia dos eleitores argentinos, tornando um possível governo mais acessível à população argentina.

Fernández tem se esforçado para de fato ser considerado um político moderado pela opinião pública nacional e internacional. O professor universitário recusou as comparações com o líder venezuelano Nicolás Maduro, inclusive chamou o governo de Caracas de

"arbitrário" e considerou muito grave o último relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a situação da Venezuela em relação aos direitos humanos.

O vencedor das primárias iniciou atritos com o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, após o político ter afirmado que irá retirar o Brasil do Mercosul (Mercado Comum do Sul) caso o atual governante argentino, Mauricio Macri, não seja reeleito. O peronista afirmou que Bolsonaro é racista, misógino e violento. Além disso, Fernández se posiciona de maneira contrária à prisão do ex-presidente Lula e, inclusive, já o visitou na sede da Polícia Federal em Curitiba. "Lula deveria estar livre para concorrer a uma eleição com Bolsonaro", disse.

O candidato do partido justicialista amenizou as declarações em entrevista ao jornal argentino *La Nación* ao ressaltar a importância de boas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina. Fernández também disse que não irá fechar a economia argentina caso seja eleito, um dos maiores medos de Bolsonaro.

Em entrevista ao site *Huffpost Brasil*, a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Lia Valls, assegura que as relações entre os dois países

não deve ter tantos percalços: "A Argentina é nossa vizinha, independente de qualquer coisa e não pode ser ignorada, tem uma fronteira importante e sempre estará na agenda diplomática brasileira".

O movimento peronista e o kirchnerismo

Juan Domingo Perón assumiu o governo em junho de 1943, participando de uma junta militar. Foi eleito presidente no ano de 1946 e tinha uma forte relação com os movimentos sindicais, alavancando um grande apoio popular em torno de sua figura, por esse motivo o Partido Justicialista é chamado por aliados e opositores de Partido Peronista.

Eva, esposa de Perón, teve papel importante na comunicação do ex-presidente com a população, pois todas as ações do governo eram repassadas para os argentinos por meio da fundação Eva Perón, entidade que realizou feitos relevantes no âmbito social. Eva era chamada de "Dama da Esperança" e morreu no ano de 1952 em decorrência de um câncer.

O precursor do movimento peronista foi deposto em 1955 em razão de um golpe militar e voltou ao poder no ano de 1973. Maria Estela, esposa do ex-presidente na época, assumiu o poder e foi deposta pelo general Rafael Videla, após um momento desfavorável dentro do panorama político-econômico argentino, sem o apoio do mercado e das forças armadas.

Carlos Menem foi o primeiro presidente argentino eleito desde 1928 e enfrentou grandes desafios após a sanguinária ditadura de Videla. O peso argentino chegou a desvalorizar 400% durante a ditadura e diversos bancos argentinos quebraram.

O presidente Menem abriu a economia da Argentina para o livre-comércio, privatizou diversas empresas estatais e elevou o crescimento econômico do país, ao mesmo tempo em que usava o aparelho opressor policial para conter greves de trabalhadores, impulsionados pelo desemprego e pela desigualdade social.

O Partido Peronista voltou a ter uma grande liderança no ano de 2003 com o governador da província de Santa Cruz, Néstor Kirchner. O justicialista recebeu um país totalmente quebrado, marcado pelo enorme desemprego e por 54% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, o que representa cerca de 10 milhões de argentinos.

O governo de Kirchner fez a Argentina crescer 8% ao ano, reduziu o desemprego, e a porcentagem de pessoas em situação de miséria também diminuiu consideravelmente. Néstor deixou o governo e apoiou a candidatura de sua esposa, Cristina, para a presidência.

Somados os dois governos, o movimento kirchnerista governou a Argentina por 12 anos, destacando-se por políticas assistencialistas. Um dos programas sociais mais importantes foi o *Asignación Universal por Hijo* que consistia em uma renda fixa dada pelo Estado às famílias que garantissem a presença de seus filhos nas escolas e mantivessem a caderneta de vacinação em dia.

A morte de Néstor Kirchner, em 2010, somada às diversas acusações de corrupção envolvendo Cristina, desgastou os governos Kirchner e levou à retomada de um projeto liberal, representado pela ascensão do empresário argentino Mauricio Macri ao poder.

ADOLF HITLER: UM PRODUTO DE SEU TEMPO

Por Miguel Jabur de Souza e Silva

Antes de ditador, artista frustrado e personalidade mais odiada da história, Adolf Hitler era um ser humano profundamente perturbado e doente. O ditador, inclusive, abusava de remédios psiquiátricos em uma época em que a psiquiatria era primitiva a ponto de alguns remédios serem feitos com anfetamina - o que apenas servia para intensificar seus delírios.

Um homem que não soube canalizar sua revolta e fez do mundo inteiro uma vítima de suas próprias insanidades. Por isso seu exemplo é tão importante: porque nos lembra do que somos capazes de fazer quando nos perdermos no labirinto do nosso próprio raciocínio.

Hitler cresceu em uma época e ambiente em que o ódio aos judeus era comum entre os povos europeus, a ponto de serem justificados cientificamente, assim como outros preconceitos de classe e etnia. Isso classificava a teoria da Eugenia, que serviu como base fundamental para a consolidação da ideologia nazista e categorizava seres humanos de acordo com suas características físicas e culturais - o que demonstra que o nazismo não era um delírio exclusivo de seu ditador.

Afinal, Hitler não fez nada sozinho. Ele contava com o apoio de milhões de alemães, justamente porque seu discurso resumia as aflições e a violência de um povo humilhado pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pela paz punitiva que se sucedeu. Após o fim do primeiro conflito mundial, a Alemanha foi coagida pela sociedade internacional a implantar uma democracia liberalista aos moldes da França, mesmo sem o respaldo do povo, e ainda sofreu uma grande perda territorial, inclusive em territórios onde a população germânica era majoritária.

Em uma época de nacionalismo efervescente, muitos alemães receberam a derrota como um ato de humilhação, principalmente pelas condições que impuseram sobre o país. Isso foi utilizado pela oratória e propaganda nazista como um sinal de fraqueza e de uma suposta manipulação e conspiração mundial contra a Alemanha, que envolvia judeus e comunistas.

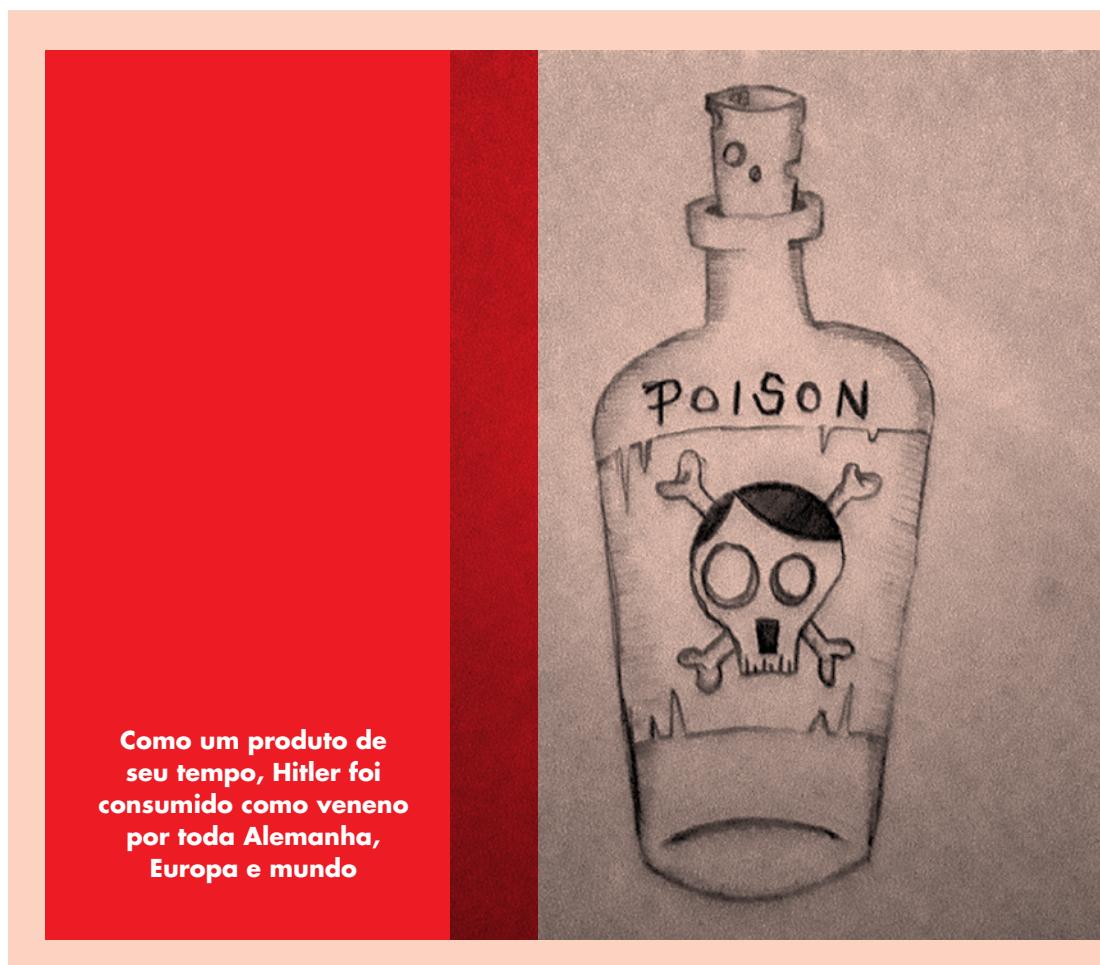
Portanto, a nova República já nasceu falida, na teoria e na poesia. Sem planejamento do Estado e sem respaldo do povo, em pouco tempo a Alemanha passou a sofrer com grandes índices de desemprego, inflação e miséria por todo país.

Este vácuo de poder abriu espaço para movimentos que beiravam os extremos do espectro político, como o comunismo, fortalecido pela revolução soviética, brigando lado a lado com o crescimento do fascismo, que não queria ficar isolado na Itália.

Afinal, durante o fim do século XIX e começo do século XX, a modernidade industrial despertou, criando grandes conflitos e desafios econômicos, sociais, políticos e culturais na Europa. A xenofobia se apresentou como uma reação doente, uma resposta problemática, ao desafio que a modernidade apresentava ao obrigar o convívio pacífico, harmônico e democrático entre etnias e grupos políticos historicamente antagônicos.

Um ser humano profundamente doente, fruto de uma sociedade ainda mais moribunda

Como um produto de seu tempo, Hitler foi consumido como veneno por toda Alemanha, Europa e mundo



© Miguel Jabur

A história de Hitler durante a juventude serve como panorama deste contexto sociológico. Antes de servir nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial como mensageiro, Hitler passou anos desempregado, foi rejeitado na Universidade de Artes Plásticas de Viena, passou a morar em uma pensão e vivia de cartões postais pintados em aquarela, vendidos no centro da cidade. Após assistir in loco as atrocidades da guerra mais sangrenta da história até então (devido ao novo maquinário de guerra típico do século XX), Hitler quase perdeu a visão antes de retornar à Viena para encontrar uma cidade devastada pela guerra.

Fortalecido por seu preconceito aos imigrantes, Hitler mudou-se para Munique, onde a diversidade cultural era menor em relação à Viena, mas o desemprego também era uma realidade. O austríaco passou então a trabalhar como agente secreto do governo. Seu objetivo era se infiltrar em reuniões de partidos políticos que pudessem representar uma ameaça à República de Weimar. E foi assim que Hitler caiu de paraquedas nas reuniões do Partido Nacional Socialista Alemão, onde rapidamente se identificou.

Em meio à crise política e social da Alemanha, um sujeito mal-sucedido em quase todos os aspectos da vida moderna encontrou abrigo no seio do movimento fascista. Hitler se encantou com a ideologia, passou a frequentar as reuniões do partido e rapidamente se destacou por sua capacidade oratória, seduzido pelos ideais fascistas e xenofóbicos que circulavam livremente pela boca do povo e pela mídia impressa de

quase todos os países europeus. Foi o casamento perfeito entre a oratória de Hitler e as ambições do partido.

Por meio de discursos inflamados e uma forte indústria propagandista, Hitler e o Partido Nacional Socialista prometiam uma nova Alemanha, uma potência mundial na indústria, na guerra e na ciência, onde o trabalhador, do campo ou da cidade, seria valorizado, onde as famílias e os bons costumes seriam preservados e, principalmente, um país que seria respeitado no front de batalha e jamais seria humilhado em guerra por seus vizinhos novamente. Uma Alemanha onde o verdadeiro e puro cidadão ariano jamais seria humilhado em detrimento de outra etnia como os judeus. Desde já, os delírios de Hitler passavam a ser compartilhados e admirados por outros alemães, desde o mais pobre ao mais rico.

E, assim, pouco a pouco, passo a passo, Hitler virou o porta voz da redenção aos humilhados. Foi preso, escreveu um livro e conquistou de vez o cenário político alemão quando destruiu todos os outros movimentos políticos antagônicos com violência, atentados terroristas e muito sangue. Sobrou apenas aqueles que nutriam admiração e/ou medo ao Terceiro Reich, abrindo espaço para que o Partido Nacional Socialista desenvolvesse e consolidasse seu projeto perverso sob a liderança de Hitler. Como um produto de seu tempo, Adolf Hitler foi consumido como veneno por toda Alemanha, Europa e mundo.

OSASCO E O CACHORRO QUENTE

Por João Tognonato

Desde o início dos tempos geógrafos dedicam noites debaixo dos livros e suam suas camisetas xadrez à procura de definições precisas para nomear os diferentes tipos de aglomerados urbanos - povoados, colônias, vilas, aldeias, cidades espontâneas, cidades planejadas, metrópoles nacionais e metrópoles globais são apenas alguns termos encontrados através do trabalho árduo destes intelectuais tão famintos por classificações.

Neste turbilhão de conceitos a capital paulista se inclui no mais intrigante e complexo deles – a região metropolitana. O termo refere-se a aglomerados compostos por um denso núcleo urbano e suas áreas vizinhas. Tais áreas vizinhas, também chamadas de subdistritos contém uma diversidade cultural ainda pouco conhecida na Grande São Paulo. Dentre elas, uma em especial detém não só certa mística particular, como também o título de Capital mundial do Cachorro Quente, a cidade de Osasco.

A entrada do município fica entre a tríplice fronteira, conectando os bairros da Vila Yara, Vila Lageado e Parque Continental, onde instalou-se um pequeno comércio de frutas e legumes. Grandes letras de concreto formam sobre um gramado o nome da cidade, traçando ali, a linha que separa a capital do estado. Ao cruzar o caminho sem volta e andar alguns metros pela avenida principal, avista-se no horizonte o cartão postal da cidade. A Ponte Metálica com aproximadamente 300 metros, feita com vigas de metal em arquitetura futurista, recebe o nome do baluarte da emancipação osasquense, Reynaldo de Oliveira, de quem se orgulham seus mais de 700 mil moradores.

Seguindo em frente chega-se ao calçadão, onde as primeiras barraquinhas já dispersas nas redondezas da rua Antônio Agú se encontram. Não há muitas vagas para veículos, a pé acaba sendo a melhor opção. A calçada é feita com grandes chapas quadradas de concreto contendo duas faixas amarelas nas laterais para auxiliar a locomoção de deficientes visuais. Um grande ralo acompanha toda sua extensão rodeada por bueiros e alguns canteiros preenchidos com longos pés de Coqueiros Imperiais. Numa extremidade da rua, o Shopping Osasco Plaza concentra a maioria dos pedestres enquanto no outro, dois solitários policiais fiscalizam as vendas de meias e brinquedos organizadas por alguns marreteiros. Lojas de roupas populares oferecem todo tipo de moda feminina e masculina sendo predominantes no comércio do calçadão. Paralelamente, outros estabelecimentos são responsáveis pelo suporte ao mercado de cachorro quente, comercializando pão, condimentos, refrigerante, gelo e disponibilizando estacionamentos para os vendedores guardarem seus carrinhos.

É nesse espaço que estão situadas as barraquinhas. Nenhuma é maior que a outra, nenhuma carrega uma logomarca especial ou algum tipo de sinal luminoso que atraia a atenção, e nenhuma cobra mais de R\$3,50 um cachorro quente simples mantendo em R\$3,00 a média de preço. A receita básica do lanche é aquela

Atrás somente de Nova York, Osasco detém o título de capital brasileira do cachorro quente, motivo de orgulho entre os moradores



© Reprodução



© Reprodução

já conhecida: Pão, salsicha, purê, milho, ervilha, batata palha, ketchup, mostarda e maionese, não sendo permitida a prensagem do sanduíche. A prefeitura cuida de estabelecer regras para um rodízio entre os vendedores, pois a quantidade de pessoas vivendo do lanche é maior do que o espaço disponível às barracas. Idosos e deficientes físicos têm prioridade na escolha, enquanto os outros vendedores alternam seus pontos. Há também revezamento nos dias da semana, então, dependendo da data, existe a chance de não encontrar seu dogueiro favorito.

Uma dessas vendedoras é dona Ilda. Trabalhando na área há mais de trinta anos, a simpática 'doguete' explica o "boom" do tradicional lanche germânico: "As empresas foram embora de Osasco, havia muita gente desempregada, foi quando a prefeitura deu carrinhos. Eram quatro carrinhos só: O corintiano, a Janete, seu Arlindo e a Dibi. Cada um dava emprego a no mínimo quatro famílias. Tinha o fornecedor que vendia o pão, nós que fazíamos o purê e salada. Era tudo feito em casa."

Dona Ilda conta que conforme o tempo foi passando, mais pessoas abriam barraquinhas, até ser necessária a criação de uma regulamentação. O jeito de se adaptar foi trabalhar até mais tarde nos dias licenciados e usar os outros para atualizar o armazém. "O cachorro quente foi minha vida. Eu consegui criar quatro filhos e Deus me deu a graça de criar mais dois adotivos. Sou grata por isso", completa.

A boa convivência e a harmonia entre os vendedores, junto com os mais de quarenta mil lanches vendidos diariamente, fazem deste lugar a capital mundial do cachorro quente. Dona Ilda não se importa que em número de vendas Osasco ainda fique atrás da cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Ser uma capital mundial vai além de dados quantitativos ou avaliações de chefs gourmet. Para receber esta alcunha é preciso inserir o cachorro quente no dia a dia e fazer desta atividade – tão singela – um motivo de orgulho para seus moradores. E isso, Osasco consegue fazer com perfeição.

O CÁRCERE DE UM SÍMBOLO DA LUTA POR MORADIA

Por Giovanna Colossi
e Sarah Catherine Camara de Seles

Em maio de 2018, a notícia que um prédio ocupado no Largo do Paissandu, localizado no centro de São Paulo havia desabado, após um incêndio, pegou os paulistanos de surpresa.

O local, moradia de centenas de pessoas, era ocupado pelo Movimento de Luta Social por Moradia – MLSM, que organizava os aluguéis do então edifício Wilton Paes de Almeida.

O dinheiro arrecadado deveria ser destinado à manutenção dos imóveis, o que não ocorria conforme apontado pelas investigações. Três participantes do MLSM foram indiciados no caso. No entanto, a partir do ocorrido, outra investigação que abordava diversos movimentos sociais por moradia foi aberta.

A Investigação utilizada como base na denúncia, feita pelo promotor do Ministério Pùblico de São Paulo, Cassio Roberto Conserino, criminaliza líderes de movimentos sociais por extorsão a moradores de ocupações, o que culminou em prisões preventivas, em junho de 2019.

Entre os presos estão: Janice (Preta) Ferreira Silva, Sidney Ferreira Silva e Carmen Ferreira Silva, coordenadora do MSTC e mãe de Preta e Sidney.

Reconhecida internacionalmente pelo trabalho desenvolvido nos prédios ocupados, Carmen lidera sob o MSTC cinco ocupações e o Residencial Cambridge – conhecido pelo filme dirigido por Eliane Caffé, *Era o Hotel Cambridge*. Este que antes era uma ocupação, tornou-se um empreendimento financiado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal, abrigando 307 famílias espalhadas em imóveis que não cumpriam sua função social.

Carmen é porta voz da urgência na solução dos déficits habitacionais e foi denunciada em 2017 pelo mesmo crime, mesmo tendo provado sua inocência. Mas às prisões devem ser vistas pelo o que realmente são: uma tentativa de criminalizar e findar os movimentos por moradia, resultado de uma política de gentrificação anunciada por João Dória, atual governador de São Paulo e pela especulação do mercado imobiliário, que dita os interesses do Estado.

A tragédia no edifício do Paissandu trouxe à tona a situação de centenas de famílias em moradias irregulares, entretanto, não só em São Paulo, como no país não ocorreram medidas para que o déficit habitacional parasse de crescer.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2015, seriam necessários 6,3 milhões de moradias para atender todos que necessitam de um lar digno. A falta de dados sobre o assunto não proporciona conhecimento sobre o problema, fazendo com que as políticas públicas para acabar com essa situação não ocorram.

Além disso, o orçamento anual da Secretaria de Habitação diminuiu nos últimos anos, o que contribui ainda mais para a efetivação do ato unconstitutional realizado pelo Estado de não garantir a moradia como um direito básico

Em meio a prisões arbitrárias a Ocupação Nove de Julho resiste



© Divulgação: Rodrigo Zaim

Carmen Silva e Preta Ferreira, do Movimento Sem Teto do Centro

e fundamental, conforme estipulado pelo sexto artigo da Constituição de 1988, também assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É sob esse escopo, onde, de um lado está a população que sofre pela falta de domicílios e de outro está o governo que gera pouquíssimas medidas para solucionar o problema, que movimentos sociais e casos de ocupação de sucesso, como Nove de Julho se tornam afrontas para o Estado. Iniciativas que surgem por meio de uma

forma de urbanização que não visa o lucro, mas o direito à cidade e a luta contra as formas de opressão capitalista.

Preta Ferreira que, assim como sua mãe Carmen, está inserida na liderança do MSTC, afirma que está encarcerada por defender direitos constitucionais como moradia, por ser preta e mulher em uma sociedade racista e sexista.

"Nosso crime foi termos nascido mulheres, negras, com sede de justiça e igualdade. Enquanto houver injustiça nesse país lá estaremos", avisou Preta, na carta que escreveu e enviou da prisão no dia 4 de setembro, após mais de dois meses presa injustamente.

Um dos líderes da banda Planet Hemp, BNegão conversou com o **Contraponto** e disse que também entende a prisão de Preta Ferreira como um racismo institucionalizado, algo que, para ele, nunca foi realmente combatido.

"Até mesmo em governos de centro-esquerda não houve uma evolução na luta [contra o racismo]. Nesse governo bizarro, que não é meu, a galera tem carta branca para atuar e a coisa fica como está agora. A única autoridade é o povo. Quem puder chegar perto para fazer barreira humana. Quem puder filmar, filma e manda para fora que gera pressão externa. A única chance é essa, porque pressão econômica é o que funciona dentro do capitalismo."

O cantor comentou que não só ocorrem prisões arbitrárias, mas também assassinatos em regiões protegidas de terras indígenas, como a do líder Emryá Waiãpi, por garimpeiros. BNegão ressaltou que sanções econômicas são as únicas formas de barrar as atuais políticas públicas.



Reprodução: Giovanna Colossi/MSTC - movimento pelo direito à cidade

Ocupação Nove de Julho

Hoje, a Ocupação Nove de Julho é conhecida por manter suas portas abertas com programações culturais. Os moradores convidam a cidade para conhecer as instalações consertadas por eles através de cobranças mensais de R\$ 200 por família - 121, no total - que transformaram o prédio inóspito em um lar.

Com uma rede de apoio com muitos membros da sociedade civil até as universidades de arquitetura mais respeitadas do país e de fora, que entendem a seriedade do trabalho e da luta do MSTC, a Ocupação Nove de Julho tem um respaldo cada vez maior para que a Prefeitura e o Governo de São Paulo pensem duas vezes antes de expulsar as famílias que lá residem.

Esse é apoio popular que o MSTC busca, segundo Rose, uma das coordenadoras do movimento, durante o "Banquetaço", um dos diversos eventos organizados pela Cozinha 9 de Julho. "Aqui dentro tem os apoiadores, tem cultura, tem a Cozinha 9 de Julho, tem a comunicação, realizada pelos Jornalistas Livres. Então, para fazer esse tipo de evento [Banquetaço] aqui dentro, é pedido à Prefeitura a liberação, não é somente abrir as portas e deixar entrar, porque os vizinhos não estão satisfeitos, toda hora ligam para a polícia".

O centro de São Paulo, especificamente a região onde o prédio está instalado, tem passado por um processo de revitalização/gentrificação. Hoje, a Ocupação Nove de Julho possui cada vez mais prédios de alto padrão ao seu redor e seus moradores não fazem parte da classe social estipulada para essa nova faceta, algo possível de observar em cidades de todo o país.

Famílias pobres, pretas, imigrantes e mães solteiras, são destinadas às beiradas das cidades, onde a infraestrutura não chega, o transporte não chega, o rico não vê e o governo não se incomoda.

Diante dessa política que governa para poucos, a prisão com provas pífias e caráter político de Preta Ferreira e Sidney, além de outras lideranças deve ser combatida pela sociedade civil. Toda população também vítima das especulações imobiliárias e políticas públicas voltadas para o lucro, que acabam com o acesso universal aos direitos sociais e bens públicos, tornando a cidade um espaço seletivo e discriminatório.

O Direito à Cidade

Pensadas para o acúmulo de capital e desenvolvimento do capitalismo, cidades são fenômenos de um processo de urbanização e industrialização que modificaram a vida do homem e o modo de pensar "urbano". Tal palavra passou a ser mais do que apenas um lugar, é um estilo de vida – vendido além da cidade – que determina uma divisão de classes profunda, acelera as desigualdades espaciais facilmente visíveis pelas construções, presença ou falta de infraestrutura e pelos habitantes de cada local.

Beneficiadas pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek nos anos de 1950, cidades em processo de industrialização como São Paulo cresceram a mais de 5% as taxas médias anuais de urbanização.

Atraídas pelas oportunidades criadas, famílias chegaram à cidade que, sem estrutura e de forma desordenada, crescem como o proletariado sempre às margens, enquanto os que se beneficiam das políticas capitalistas se encontram ao centro, nos bairros mais estruturados e com infraestrutura.

Em vez de ocorrer uma desconcentração desses meios urbanos lotados, eles incham e se deparam com problemas de violência, moradores de rua, poluição e destruição do meio ambiente.

Foi em 1967 – devido a demandas capitalistas de expansão do mercado consumidor – que crescem também municípios e cidades próximas, que se tornam cidades industriais. Já em 1970 o Brasil atinge 56% de urbanização – desordenada – advinda da migração de camponeses e pessoas do interior em busca da modernidade e estilo de vida vendido pelo meio urbano.

O espaço nacional deixa então de se diferenciar entre cidade e campo e tudo passa a ser marcado e subordinado pela lógica urbano-industrial que, por fazer parte de uma lógica que visa à sobrevivência do capitalismo, causa desigualdade extrema.

Na década de 1960 movimentos populares urbanos passam a reivindicar estruturas básicas como iluminação pública, creches, postos de saúde, direito de permanecer no lugar ocupado em bairros periféricos e conseguem ter algumas demandas atendidas.

A similaridade nas reivindicações desses grupos faz com que já no final da década de 1980 haja uma articulação nacional dos mo-

vimentos populares brasileiros pelo Direito à Cidade e o direito à moradia como um direito humano. Sempre lembrando o contexto histórico em que estavam inseridos: de ditadura militar, opressora, o que culminou em uma maior articulação popular, resultando na criação de ONGs, movimentos por reconhecimento de direito dos indígenas, sem terra, pela saúde pública e assistência social resultando a Constituição Cidadã de 1988.

Foi nessa efervescência por democracia que surgiu o Movimento dos Sem Terra, em 1984, reivindicando o direito à terra e à reforma agrária no país.

Mas como todo movimento de luta, o campo e urbano acabam por se integrar e devido a grande quantidade de ocupações nas cidades próximas a São Paulo, como Campinas, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em 1997.

A luta se intensifica. Os meios de produção cada vez mais neoliberais massacraram os trabalhadores. Estes por sua vez com salários pífios e afastados dos centros, se veem às margens das políticas públicas e governamentais. São vítimas frequentes da violência legalizada e de contraventores. As crises econômicas afetam a eles enquanto Faria Lima, Avenidas Paulistas e Brigadeiros Luis Antônios oferecem cada vez mais o luxo procurado pelo consumismo.

É a vontade de ter as mesmas oportunidades e de fazer parte da sociedade que ocupações no centro da cidade passam a acontecer, de forma espontânea. No mesmo ano em que o MTST é fundado, o antigo prédio do INSS no centro de

São Paulo, conhecido como Ocupação Nove de Julho, é ocupado por um grupo de pessoas que em 2000 vai fundar o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC).

Liderado por mulheres, é um movimento de luta por habitação na região central da capital paulistana que defende não só o direito fundamental à moradia, mas também a estrutura necessária para se ter um "lar", que "inclui vida familiar, segurança, saúde, educação, acesso ao transporte e convivência com uma comunidade.

Diante desta lógica habitacional o filósofo marxista e sociólogo, Henri Lefebvre foi rápido ao entender o papel da urbanização na sobrevivência do capitalismo, e contra esse sistema opressor defendeu o direito à cidade em seu sentido mais amplo, onde, por meio de movimentos sociais, as pessoas à margem façam uma nova forma de urbanização – democrática – contra o capital financeiro. A revolução, segundo Lefebvre, deve ser urbana.



Ocupação 9 de Julho – Símbolo da luta por moradia, em São Paulo

PERSEGUIÇÃO AOS POVOS ORIGINÁRIOS: UM EMBATE ENTRE A LÓGICA CAPITALISTA E A LÓGICA DA PLURALIDADE

Por Anna Baisi e Giovanna Colossi

O vídeo em que a líder indígena Alessandra Korap Munduruku denuncia a invasão de terras no Pará, por garimpeiros e madeireiros, foi amplamente divulgado nas redes sociais. A líder expos, em sua fala, a penetração evangélica que “divide o povo e tira a alma” de membros das tribos.

Esse relato, é apenas mais um dentro tantos da história dos povos originários, que acabam derrotados na disputa desenvolvimentista capitalista amplamente amparada pela mão silenciosa do Estado.

Mesmo que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam, o processo de demarcação enfrenta um longo caminho burocrático e só passa a ser vigente após Decreto da Presidência da República.

Mesmo assim, por vezes, a trajetória do decreto depende do apoio de grupos da sociedade que têm interesses econômicos nessas regiões e interpelam os processos, o que acaba por prolongar a decisão e ameaça a sobrevivência dos povos originários sem terras demarcadas.

A situação delicada, porém, advém de uma longa política entreguista aos interesses econômicos, na qual, até mesmo governos considerados de esquerda, pouco fizeram para estabelecer melhores fronteiras e proteções aos indígenas que, frente a grileiros, pecuaristas e agricultores perdem a vida pela terra não protegida.

O governo de Dilma Rousseff obteve uma média anual de 5,25 homologações de demarcação de terras indígenas. O número, só não é pior que o “governo” Temer, que não homologou nenhuma terra indígena, segundo o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2017, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A atual conjuntura política e a retórica contra o indigenismo e meio ambiente de Jair Bolsonaro, comprovou ser a catalisadora de conflitos. Ela abre espaço para confrontos menos velados entre aqueles que querem lucrar sobre a terra e os que veem a terra como parte de seu corpo e de sua sociedade, tornando previsível resultados ainda piores nos próximos anos pelo Cimi.

Desde o começo do ano, os embates em torno das duas questões são os preferidos do atual presidente, que criou um comitê de desmonte ao bancar nomes como: Ricardo Salles, Damares Alves e Tereza Cristina, conhecidos pelos desafetos com as questões naturais e pelo grande interesse em lucros advindos da liberação sem procedentes de agrotóxicos, da venda de terras preservadas para utilização agrícola e o desrespeito com a cultura do índio a favor de missões evangélicas.

Fazendo jus ao que destila há anos, antes mesmo de ser eleito, Bolsonaro adota o discurso de integração do índio à sociedade. Quer fazê-los

Indígenas são vítimas da superioridade que o homem branco racional supõe ter, sobre o homem ‘selvagem’ irracional



Território indígena é terra, corpo e espírito

“iguais a nós”, conforme afirmou à rede Globo News. O presidente não hesitou em comentar durante entrevista ao portal Notícias UOL, que entende as terras demarcadas como “grandes zoológicos milionários”.

O discurso de integração é uma violação aos direitos dos povos indígenas e deve ser denunciado, tanto pelo que realmente significa, quanto por sua gravidade. Bolsonaro pretende realizar um processo de aculturação – dissolver a cultura, língua, ritual e a relação que os índios têm com o meio ambiente que os cerca e é considerado sagrado por eles.

A retórica de Bolsonaro abre portas para um genocídio a conta gotas, além de liberar uma violência que precariza ainda mais a situação de direito mínimos e pífios dos quais os índios são submetidos.

É a morte anunciada, com nossa tutela, dos poucos índios que sobraram do extermínio contínuo que ocorre desde 1500. Hoje são 800 mil, segundo Censo Demográfico de 2010 e cerca de 500 mil vivem em territórios indígenas, onde a luta pela proteção da terra sagrada é diária, devido omissão e ausência do Estado.

Quando não são afetados pelas conse-

quências de políticas econômicas progressistas, que resultam em tragédias sem culpados, como o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, acabam sendo vítimas de outras atrocidades do homem que se diz civilizado, como o “Dia do Fogo”.

Esse fatídico dia, simbolizou os incêndios – sem política de combate pelo governo – criminosos que continuam a atingir áreas da Amazônia Legal e destroem terras indígenas demarcadas, o que acaba por afetar o bioma e o ecossistema preservado pelo modo de vida dos índios.

Negado pelo governo, hoje, os incêndios são comprovadamente criminosos e fazem parte de uma disputa pela terra entre produtores rurais, grileiros e sindicalistas. Estes encorajados pelo discurso de Bolsonaro, em Altamira e Novo Progresso, no Pará, decidiram colocar fogo nas margens da BR-163 – uma forma de apoio a decisão do presidente de “afrouxar” a fiscalização do Ibama e desmarcar terras dos povos originários.

Com isso, o presidente, em uma decisão claramente não pensada, coloca em questão o velho embate sobre a superioridade que o homem branco racional supõe ter, sobre o homem ‘selvagem’ irracional.



© Reprodução: Henrique Melo

Manifestantes vão às ruas contra política ambiental do governo Bolsonaro



© Reprodução: Lucas Martins

Ato pela Amazônia contra ministro Salles e governo Bolsonaro

“Se a gente quer plantar para colher, a gente tem que cuidar da terra. A natureza traz vida para nós”
(MARIA ARAPOTY DOS SANTOS)

A filosofia por trás do embate

Uma maneira de explicar esse velho paradigma é a partir da cultura grega, com Platão e Aristóteles, que abordam a questão da vida nua ou comum (*zoé*) e da vida politizada (*bios*). Segundo Aristóteles, o ser humano passa de *zoé* a *politikón zōon*, isto é, animal político, o que lhe possibilita uma vida política, deixando de lado a face natural ou da natureza, os instintos, as pulsões e a irracionalidade.

Giorgio Agamben, posteriormente, em sua obra, *Homo Sacer* – O Poder Soberano e a Vida Nua, a partir de reflexões de Hannah Arendt e Foucault e Kafka, vai definir a situação do homem moderno.

Nessa obra, o filósofo italiano contextualiza o cenário contemporâneo da política como estrutura de poder, controle e domínio da vida com base no *zōe-bios* que, em seguida, Foucault e Agamben sintetizam como “biopolítica”.

Dentro da “biopolítica”, existem dois tipos de estado. O Estado Natural (*zoé*), no qual há medo, violência. Não há propriedade, nem mesmo vida relacionada à perspectiva de futuro, podendo, dessa maneira, fazer uma analogia

com os campos de concentração nazistas, posto que os mesmos possuem um controle total da existência.

O outro tipo é o Estado de Direito ou Civil (*bios*). Nesse Estado, ele garante à população o que o Iluminismo, no século XVIII, garantiu: a modernidade, luz, liberdade, autonomia e direitos que todo cidadão pode ter.

Além disso, é nesse tipo de Estado, desde o século XVI, que se cria o chamado “contrato social”, conceituado pelos filósofos contratualistas, como o John Locke, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau. Por isso, Locke afirma que só é pessoa quem é proprietário: “O homem tem uma propriedade no seu corpo.”

Nesse raciocínio de tantas garantias “positivas” e “iluminadas” que o Estado Civil passa, o homem vai se tornar, aos poucos, um ser autômato e robotizado, enquanto cria uma falsa ideia de liberdade, que a sociedade oferece desde que o conceito de “moderno” e de “civilidade” fora criado, acreditando, então, ser um indivíduo autônomo, ele se alimenta dessa ilusão.

Logo, essa alienação gera uma liquefação da verdade e do conceito, posto que a naturalização da idiotice, isto é, as pessoas se contentarem com a dominação imediatista, traz consequências ao pensar e o não pensar. Um exemplo dessa consequência é instalado na cultura, uma vez que esse ser autômato não tem a capacidade de fazer análises, interpretações e críticas, permanecendo, apenas, na informação pela informação, no senso comum e/ou no modo automático para acordar e dormir.

Por essa razão, a desinformação é o novo poder. Nem todos, mas muitos que votaram no atual presidente da República, Jair Bolsonaro, acreditam que quem tem poder é quem tem arma. Entretanto, quem tem poder é quem consegue, de fato, mexer com a consciência do outro. Ademais, o acúmulo de informação, por conta da onda da fake news, se torna divergente com o “pensar”, pois pensar requer energia, e

nem todo mundo quer gastar a sua com isso.

Dessa forma, Étienne de La Boétie, em 1563, porém com a concepção ainda atual, descreve o “Discurso da Servidão Voluntária”. Nesse texto, o escritor afirma que o ser humano obedece, pois é mais fácil, e não gosta de ser plenamente livre para não ter que agir e sofrer com as suas próprias consequências. Por conseguinte, o homem nasce na servidão e habitua-se a ser mandado, uma vez que o Estado Civil aparenta garantir os seus direitos.

O sistema capitalista em que os cidadãos da classe dominante – seguindo a reflexão do filósofo Karl Marx em suas obras – almejam por ordem, progresso, razão e luminosidade para sentirem-se livres e autônomos desfavorece a classe operária, que assegura a desigualdade, isto é, gera uma concentração de riquezas e cria, assim, uma forte instabilidade e insegurança na população.

Essa insegurança faz as pessoas se deslocarem para encontrar o trabalho que for, pela necessidade de ganhar dinheiro para o sustento, em consequência do que o sistema desenvolvimentista capitalista vigente exige, e isso agrava e perpetua o trabalho precário e escravo, que sucede a falta dos direitos humanos, desenvolvendo a desumanização na sociedade.

Em entrevista ao **Contraponto**, Maria Arapoty dos Santos uma das líderes indígena da Aldeia Guarani do Pico do Jaraguá disse que “se a gente quer plantar para colher, a gente tem que cuidar da terra. A natureza traz vida para nós”.

O governo, ao adotar um processo de aculturação do índio à sociedade, inviabiliza os mínimos direitos dos povos indígenas, de modo que, seu discurso contrapõe-se ao que a Arapoty pensa “a terra é nosso corpo, a mata é nossa alma e a água é o nosso sangue”. Assim, ela conclui: “enquanto existir um índio em pé, a resistência estará viva”.

CULTURA E RESISTÊNCIA ARTÍSTICA E

Centros culturais de todos os tipos permeiam São Paulo e conectam os cidadãos com a cultura não só da cidade, mas também do Brasil e do mundo. Estão espalhados por diversos lugares, ocupando diferentes espaços e abordando temas de maneiras variadas, sempre trazem renovação e inovação e permitindo que espaços sejam disponibilizados para quem tem algo a falar.

Por Heloísa Lisboa
e Sarah Catherine Camara de Seles



**IV Festival Craft Art Brasil + DW!
Semana do Design de SP - Casa das Caldeiras**

Somos muitos: experimentos sobre coletividade – Pinacoteca

© Heloísa Lisboa



Matercard Jazz

© Heloísa Lisboa



Cobertura – MAC-USP

© Heloísa Lisboa

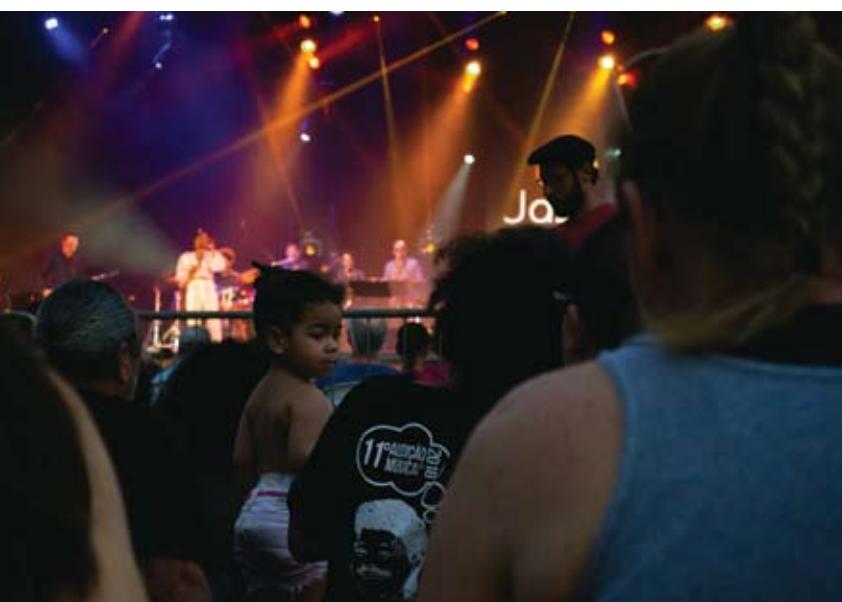


© Sarah Catherine Camara de Seles

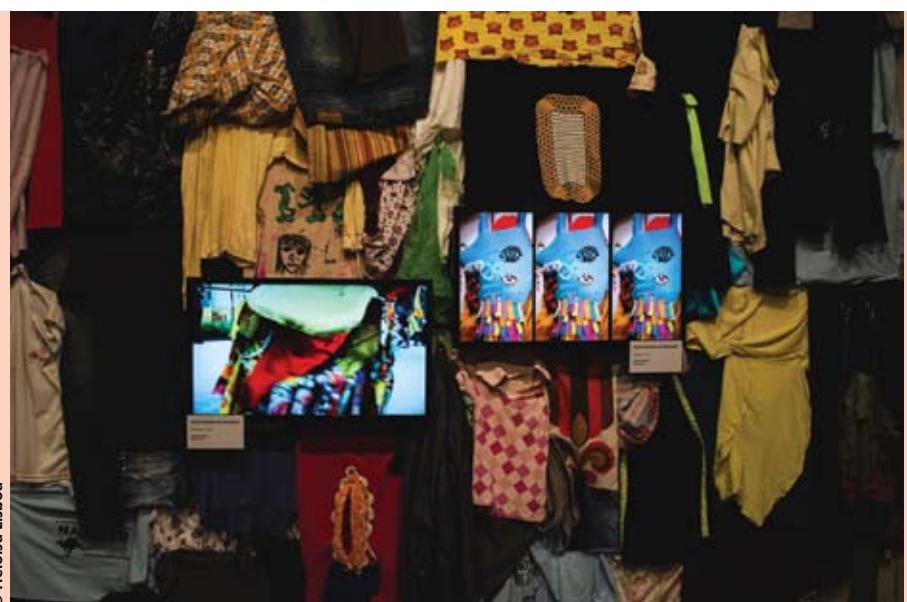
Estudo



Espaço ocupado



- Parque Ibirapuera



Identidades Autônomas - Red Bull Station



e dedicação registrados na biblioteca Sérgio Milliet,
no Centro Cultural de São Paulo



Sensações e histórias reunidas em milhares de páginas



© Sarah Catherine Camara de Seles

por conhecimento



Concentração, movimento, cultura e arquitetura em um mesmo ambiente

© Sarah Catherine Camara de Seles

© Sarah Catherine Camara de Seles

QUANTO CUSTA O FEMINISMO?

Por Ligia Saicali e Manuela Pestana

O feminismo é um movimento político e social que prega a igualdade entre os gêneros e a ampliação do reconhecimento dos direitos das mulheres.

O movimento ganha força no Brasil a partir do século 19, sob o contexto de reivindicação por mulheres de seu direito ao estudo. Há diversas vertentes e subgrupos dentro da luta feminista devido à diversidade de características de identidade entre as próprias mulheres (principalmente etnia e classe), porém todas obedecem a um princípio fundamental: a igualdade social, política, econômica e jurídica.

Com o processo de globalização e o desenvolvimento de tecnologias e meios de comunicação, o movimento torna-se foco de grandes debates atuais. O feminismo em sua essência e história procura desmantelar as estruturas patriarcas de opressão contra a mulher e, muitas vezes, tais estruturas são perpetuadas pelo capitalismo, sistema econômico vigente e hegemônico. Em contraposição, o mesmo apropria-se da própria luta feminista por meio de produtos que aparecem apoiar e difundir a causa, mas esta é apenas um meio estratégico para o verdadeiro fim: o lucro.

Na música pop contemporânea, a retratação da mulher como dona de si, independente e autônoma em letras de músicas tem se mostrado comum, principalmente por artistas femininas como Taylor Swift, Dua Lipa e P!nk, para citar exemplos. A canção "Boa menina" da cantora brasileira Luísa Sonza fala sobre negar submissão e defender sua liberdade, inclusive a sexual.

Além da música, no mundo da moda, a confecção de roupas (que abrange desde lojas de departamento até desfiles da alta costura) com frases de efeito e mensagens sobre igualdade e poder feminino também é tendência. A Dior em um de seus desfiles apresentou uma peça de roupa branca escrita "Todos deveríamos ser feministas", em inglês. De acordo com publicação na revista EXAME, a marca acredita que comprar roupas, bolsas e sapatos, pode ser considerado um ato político.

Essas produções artísticas podem advir de boas intenções, a fim de "empoderar" mulheres e trazer conscientização sobre sua condição social e os desafios enfrentados por uma minoria. No entanto, até que ponto a pauta feminista pode servir de base para a venda e promoção de produtos sem perder seu real significado e propósito? É possível considerar a confecção de tais mercadorias como atos de resistência ou meramente como um proveito das grandes empresas para ascender no mercado?

Em entrevista ao **Contraponto**, a professora de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Carla Cristina Garcia afirma que ocorre uma banalização e perda de valor dos princípios do movimento e de seu poder revolucionário ao contribuir com o consumo desse tipo de mercadoria. "É como se você entrasse na Renner e comprasse uma camiseta escrita 'Sou feminista' e tirasse daquela frase o potencial transformador e subversivo que ela tem porque

Os desafios do movimento social passam a ser discutidos sob a ótica do mundo capitalista e da comunicação de massa



Coleção Christian Dior
Primavera/Verão de 2017

você vai lá, compra a camiseta e não está nem pensando no que ela significa", afirma.

A professora também aponta para a contradição entre o produto em si e sua origem, geralmente ligada a mulheres não-brancas em condições análogas à escravidão, o que anula todo o possível simbolismo político do produto.

Quanto à indústria musical, há maior flexibilidade e espaço para manifestações de resistência, a depender do conteúdo das canções e a forma como são reproduzidas. "Tudo vai depender. Primeiramente, muitas dessas músicas que acabam entrando para a cultura de massa são escritas por homens para mulheres cantarem. Por outro lado, quando você pensa na cena artística do 'Slam', das meninas periféricas que pegam no microfone para falar sobre racismo, sobre a solidão, sobre o que é a mulher negra, pegar no microfone é um ato político muito importante", afirma Carla Garcia.

A cultura de massa é intrínseca ao sistema capitalista e seu incentivo ao consumo em larga escala, dividindo a opinião de especialistas quanto ao seu papel dentro da mercantilização de movimentos sociais, principalmente do feminismo. Ao mesmo tempo que pode ocorrer uma desvalorização da luta feminista, por outro lado, a cultura de massa pode contribuir ao proporcionar maior visibilidade ao movimento, mesmo que o moldando em mercadoria.

Ao ser questionado pelo **Contraponto** sobre a legitimidade do uso da cultura de massa na divulgação de movimentos de resistência, o professor de História da PUC-SP Adalton Franciozo Diniz afirma, a cultura de massa é o verdadeiro meio pelo qual as ideias e valores de uma sociedade são construídos.

Adalton exemplifica seu ponto a partir da



Luísa Sonza em show de estreia de sua tour "Pandora"

representatividade LGBT* presente nas últimas novelas da Rede Globo – emissora de televisão de maior alcance no país – e a mudança de comportamento que provoca nas gerações mais atuais.

Por ser uma temática difundida nos grandes meios de comunicação da contemporaneidade, os jovens são inclinados a ter uma maior tolerância e respeito à comunidade retratada. O mesmo princípio pode ser aplicado na retratação de mulheres, de suas lutas diárias e da normatização de mulheres em grandes papéis de poder (que, geralmente, não são ocupados por figuras femininas).

"Meu filho de quatorze anos é muito mais tolerante do que eu fui na idade dele, ele tem uma formação mais aberta, mais plural. Por quê? Certamente, porque essa cultura está mais difundida na geração atual por todos os meios, inclusive pela novela da Globo (que é um produto comercial), do que na minha época", afirma Adalton.

É necessário que haja um limite, entender que o título de "ativista" não se resume a adquirir um produto que contenha um bordão, e sim, uma atividade reflexiva constante e consciente.

As mercadorias, grandes meios de comunicação e produções artísticas da indústria de entretenimento, podem servir como porta de entrada ao pensamento feminista, contudo, faz-se necessário trazer informações concisas e desprovidas de superficialidade a respeito do movimento, permitindo o desmantelamento das estruturas de opressão feminina da sociedade, como evidencia a professora de história, Carla: "O feminismo requer de você, uma consciência de raça, de classe, de gênero, de seu lugar no mundo e um esforço de leitura e de reflexão. Quanto mais você vai tornando isso só 'uma casca', vai banalizando uma coisa transformadora".

AGROTÓXICOS E A CULTURA INDÍGENA

Por Letícia Galatro e Vitória Martins

Tradições e saberes trocados por um só produto

Há séculos a população indígena tem sofrido pela descoberta portuguesa de suas terras. Os retalhos da colonização em trabalho escravo, ao lado de negros africanos para cá traficados, desde ciclos exportadores de monoculturas, até o início do processo de industrialização, sempre em paralelo à apropriação indébita de seus territórios.

Atualmente, as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas estão dominadas por monoculturas das fazendas, cujo cultivo utiliza excessivamente de agrotóxicos e de outros produtos que representam grave risco à saúde.

Agrotóxicos são, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, produtos químicos, físicos ou biológicos utilizados nos setores de produção agrícola e pastagem, com o objetivo de alterar a composição química tanto da flora quanto da fauna, a fim de preservá-las. São também conhecidos como defensivos agrícolas, agroquímicos e pesticidas.

O uso excessivo e incorreto de agrotóxicos pode causar sérios danos ao meio ambiente, como contaminação do solo, do lençol freático e dos produtos cultivados. É válido ressaltar que o uso de agrotóxicos no Brasil é regulado por uma lei – Lei de Agrotóxicos nº 7.8022, de 1989 – portanto há restrições a quem utiliza.

Houve um expressivo aumento no uso de agrotóxicos entre os anos de 2010 e 2017. Em 2017 foram utilizados no Brasil cerca de 540 mil toneladas de agroquímicos, aproximadamente 50% a mais que em 2010, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em entrevista ao G1, Marina Lacôrte, do Greenpeace relata que “essa era uma coisa que estava em discussão no ‘Pacote do Veneno’ (projeto de lei que tramita na Câmara e propõe mudanças no registro de agrotóxicos). Estamos vendo uma parte deste pacote sendo aplicada diretamente pelo executivo, de forma repentina”, podendo dizer então, que as alterações na lei, de certo modo, passaram a flexibilizar as regras de produção, comercialização e distribuição de agrotóxicos.

As mudanças são embasadas nos padrões do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals – GHS), que segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) “a proposta é seguir esse sistema de classificação harmonizado globalmente e estabelecer critérios científicos para comparar a toxicidade (ação tóxica) entre os produtos com base na mortalidade”.

Dependendo do tipo de agrotóxico ingerido pelo homem, ele pode sofrer graves danos de saúde e até mesmo morrer. Entre os problemas mais recorrentes estão as lesões nos rins, cânceres, redução da fecundidade, problemas no sistema nervoso, convulsões e envenenamento.

O ar também é exposto aos agrotóxicos que podem ficar em suspensão. Esses produtos,

na atmosfera, podem desencadear a intoxicação de pessoas e de outros organismos vivos que respiram o ar contaminado.

Como o solo é capaz de reter grande quantidade de contaminantes, com o tempo, os agrotóxicos fragilizam-no e reduzem a sua fertilidade. Eles também podem desencadear a morte de micorrizas – associações entre fungos e raízes de determinadas plantas, que auxiliam na absorção de água e sais minerais, diminuir a biodiversidade do solo, ocasionar acidez, entre outros problemas.

As águas também são frequentemente contaminadas por agrotóxicos. Segundo o IBGE, a contaminação dos rios por esses produtos só perde para a contaminação por esgoto. Nos casos mais graves, os agrotóxicos podem desencadear a morte de várias espécies de plantas aquáticas e animais, influenciando toda a comunidade desse meio.

Três abaixo-assinados da plataforma Change.org, com mais de 160 mil apoiadores foram entregues ao Congresso Nacional em agosto. “Do ponto de vista da sociedade, passa pela estratégia imposta política e socialmente de apelar para os que estão no caminho da Lei” falou Letícia Antonioli, antropóloga e educadora ambiental, para matéria da Carta Capital.

No início de 2019, o Ministério da Agricultura aprovou o registro de agrotóxicos de elevada toxicidade. Foram registrados no Brasil cerca de 450 agrotóxicos. Desses, apenas 52 apresentam baixa toxicidade.

A ANVISA manifestou que agrotóxicos banidos na China, Estados Unidos e países da União Europeia têm atualmente como principal destino o Brasil. Aqui são usados pelo menos dez produtos banidos nesses países.

Diante de tantos problemas causados pelos agrotóxicos, é fundamental que haja um descarte adequado e que a aplicação desses produtos seja feita de maneira prudente e rigorosa. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) ainda especifica a preferência aos alimentos agroecológicos ou orgânicos, tendo em vista “técnicas e saberes populares (dos povos tradicionais) que incorporam princípios ecológicos e tradições culturais às práticas agrícolas gerando uma agricultura sustentável e promovendo a saúde e a vida digna”.

A política indigenista brasileira é de enorme importância. Trata-se de questão humanitária e de reparação de injustiças históricas. Destaca-se o papel fundamental do povo indígena para a saúde ambiental do planeta.

Levando isto em consideração, dia 05 de dezembro de 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, para proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Entretanto, as violências vão desde a posse da terra, o direito ao território, até questões como o direito expressar suas crenças e rituais. A Funai e a autonomia das populações e dos territórios indígenas estão sendo constantemente ameaçadas por determinações atendendo interesses ruralistas e minerários.

Registros de agrotóxicos

Evolução nos últimos anos - em unidades

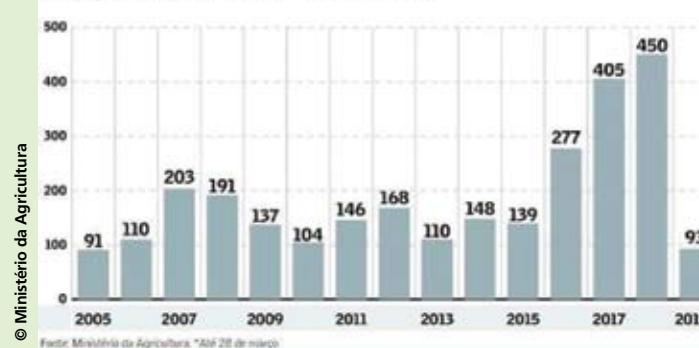


Gráfico mostra a variação do uso de agrotóxicos de 2005 até 28 de março de 2019

Plantação sendo borrifada por agrotóxicos



© Agência Envolverde/Carta Capital

AMAZÔNIA: DESMATAMENTO, QUEIMADAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por Lucas Mendes e Raul Vitor

O desmatamento da Floresta Amazônica brasileira acontece há anos. Isto é fato e não é uma característica única de 2019. O pontapé inicial deste processo ocorreu nos anos 40, quando o projeto Marcha para o Oeste teve início durante a ditadura de Getúlio Vargas.

O projeto agravou-se na década seguinte, sob o comando de Juscelino Kubitschek, quando o país teve sua capital alterada do Rio de Janeiro (RJ) para Brasília (DF), o que intensificou a expansão territorial dos herdeiros da colonização portuguesa sob as terras indígenas.

Após esse período, a tomada territorial da Floresta Amazônica deu saltos enormes, devido ao regime militar, que imperou no país entre as décadas de 60, 70 e 80. Na época, as forças armadas que comandavam o país viam na ocupação territorial uma saída para possíveis preocupações geopolíticas.

Desde então, a região teve perda de cerca de 42 bilhões de árvores e 763 mil quilômetros quadrados de matas destruídas ao longo de quatro décadas. Dados apontam que a Floresta Amazônica é, hoje, cerca de 80% do que era antes. O montante de área perdida é o equivalente a aproximadamente três estados do Rio Grande do Sul ou 76.300 campos oficiais de futebol.

Mas por que o debate sobre a conservação da floresta amazônica ganhou fôlego e tomou proporções internacionais nas últimas semanas?

Tudo começou após polêmicas e entraves políticos relacionados a uma pesquisa do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que apontavam aumento de 83% de queimadas na Amazônia em relação ao ano passado.

O debate ficou ainda maior quando o presidente do Brasil questionou a veracidade dos dados trazidos pela pesquisa, o que criou um entrave político entorno do assunto envolvendo representantes de diversas comunidades e repercussão nacional e internacional.

O **Contraponto** entrevistou o ambientalista e diretor do Negócio Social Muda de Ideia, Diego Gazola, criador do *reality-show* sobre clima, *Nascentes da Crise*. Gazola já esteve presente nos nove Estados brasileiros que contemplam a Amazônia Legal e em 7 países que integram o bioma amazônico, exceto no Suriname e na Guiana Francesa.

Ao ser questionado sobre a influência da Amazônia no clima de outras regiões da América do Sul, Diego comentou sobre sua passagem por áreas de exploração e como ciclo da água tem influenciado o clima do continente.

"Como o ciclo da água, é um ciclo fechado, através da evapotranspiração, a umidade gerada pela floresta formam chuvas predominantes no sentido Leste-Oeste. Isto devido à influência da diferença de pressão com o oceano Atlântico, ao chocar com os Andes. Assim, a maior parte das águas retorna ao bioma através dos rios que brotam das encostas da Cordilheira. Segundo estudo que consta no relatório, uma outra parte relevante é exportada para outros biomas no centro-sul do continente através de grandes massas

Dados apontam que a floresta é, hoje, cerca de 80% do que era antes



© Charge do @Cristinhas

de umidade, denominadas "rios voadores".", explicou Gazola.

O entrevistado ainda nos explicou, através de exemplificações presentes no relatório O Futuro Climático da Amazônia, elaborado pelo pesquisador do Inpe, Antônio Donato Nobre, como o desmatamento tem interferido no ciclo da água, na região da floresta.

O diretor do Negócio Social também mencionou consequências derivadas da mudança no ciclo da regulação das chuvas no continente, que soam como um alerta para extremos climáticos que podem ser agravados caso a devastação na floresta continue.

"O Furacão Catarina (2004), que se formou pelo sul do Brasil, o Tornado Dolores (2016), no Uruguai, que foi o mais devastador da América do Sul e as tempestades da cidade Argentina de Córdoba, são potenciais indicadores de anomalias, em função do desmatamento e do avanço da fronteira de interferência humana na Amazônia", complementou.

Quando questionado sobre o ritmo de degradação da floresta e o risco da eclosão de novas zonas áridas e desérticas no continente, Diego não pensou duas vezes ao dizer que não tem dúvidas sobre o surgimento dessas áreas. "A questão é se esse processo vai se tornar acelerado, para que ainda nessa geração isso seja vivenciado. E eu acredito que será", afirmou.

O entrevistado mostrou que existe uma gama de desertos ao longo do Trópico de Capricórnio e que a Amazônia contribui para que a região centro-sul da América do Sul, seja a única nesse horizonte, não desértica.

"No hemisfério sul, próximo ao Trópico de Capricórnio, que cruza a região da grande São

Paulo, está o localizado o deserto do Atacama, no Chile. No continente africano, na mesma linha, há o deserto de Kalahari. Se formos mais a leste, encontraremos o deserto de Outback, na Austrália. Portanto, a única região do planeta, nessa latitude, que não é desértica, ainda, segundo os estudos de Antônio Donato Nobre, é quadrilátero entre os Andes, Cuiabá, Buenos Aires e São Paulo. É preocupante notar a conexão entre as mudanças climáticas nessa região e o desmatamento da Amazônia, como na fatídica data em que o dia virou noite em São Paulo.", disse Gazola.

Por fim, o ambientalista foi questionado sobre a exploração sustentável da floresta amazônica e se manteve esperançoso quanto a isso, dando alguns exemplos de como seria possível realizar tal exploração. "Se não acreditasse no desenvolvimento sustentável, não haveria floresta em pé. Todos dizem que o maior valor da floresta é sua biodiversidade. Nós temos um produto da região, que está no Brasil todo, no mundo todo, que é o açaí. Existem mais de 50 produtos derivados da fruta, que movimentam internacionalmente mais de 15 bilhões de dólares. Só no Brasil, 1 bilhão de dólares fica na floresta."

Gazola, também comentou sobre a Fundação Amazonas Sustentável - FAS que, através do Bolsa Floresta mantém de forma produtiva as comunidades ribeirinhas. "Em comunidades indígenas do Acre, como as do povo Yawanawa, contribui para que as indígenas tenham acesso à mercado para artesanatos. Quando vou a floresta, levo os insumos e elas produzem o artesanato. Assim, a comercialização que faço, no Brasil e no mundo, é uma maneira efetiva para que as pessoas gerem renda para a floresta através da valorização da cultura e do artesanato."

ATAQUES À ARTE RELEMBRAM PERÍODOS TURBULENTOS

Por Letícia Assis e Sabrina Legramandi

Arte é um instrumento crítico com o intuito de construir debates e discussões acerca do mundo a sua volta. Mesmo superando períodos de grande censura, como a Ditadura de 64, a cultura vive novamente ataques contra a liberdade de expressão, preocupando igualmente a classe artística.

Censura – restrição da liberdade e do conhecimento – tem como principal característica a análise crítica de trabalhos artísticos ou informativos antes que estes sejam apresentados ao público, com base em critérios morais e políticos de governos autoritários.

A forte repressão sobre mostras de arte e exposições gera uma sucessão de violências e interdições, mas também motiva resistência, resiliência e invenção por parte dos artistas. Se, por um lado, são impedidos de expressar sua visão do mundo, por outro, passam a agir de forma clandestina, sem identificação, ocupando espaços públicos de modo, ao mesmo tempo, coletivo e anônimo.

Um dos ataques mais incisivos diz respeito ao Ministério da Cultura (MinC). Em funcionamento desde 15 de março de 1985, a pasta antes era compartilhada com a Educação, mas, após uma decisão estruturada em sólidos alicerces jurídicos e constitucionais, a função ganhou uma Secretaria própria.

Entre os argumentos utilizados à sua fundação está à tridimensionalidade da Cultura, conceito trazido pelo ex-ministro Gilberto Gil, que evidenciava as dimensões econômica, social e simbólica da cultura.

Após anos de estabilidade, em 12 de maio de 2016 – três dias após assumir o cargo – o então presidente interino Michel Temer decretou, por meio da medida provisória 726/2016 o fim do MinC. Nove dias após a decisão, recriou o Ministério ao ser alvo de críticas, porém, com a prerrogativa de que a medida foi tomada no sentido de serenar os ânimos e focar no objetivo maior: a cultura brasileira.

Com um novo mandato em vigência, em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro, eleito presidente por voto popular, adotou a medida provisória nº 870 ao *Diário Oficial da União*, que decretava o fim do Ministério da Cultura, destinando às atividades da pasta ao agora chamado Ministério da Cidadania e da Cultura.

Responsável por filmes, espetáculos, shows e festivais através do repasse de verba por meio da Lei Rouanet e dos fundos de cultura estadual e municipal. O incentivo fiscal gerado pela pasta era responsável por empregar diretamente um milhão de pessoas e idealizar mais de R\$ 10,5 bilhões em impostos, o que correspondia a 2,64% do PIB brasileiro, de acordo com o MinC.

Um dos mais polêmicos incentivos à arte foi a Lei Rouanet. Criada em 1991, no governo Collor, a lei concede incentivos fiscais a pessoas físicas e empresas privadas patrocinadoras de serviços ou produtos na área da cultura.

A crítica feita pelo novo governo é de que a captação desses recursos é realizada por renúncias fiscais. Consequentemente, o Ministério da Cidadania, em abril, anunciou novas regras para a lei, que passou a se chamar “Lei de Incentivo à Cultura”.

Investidas constantes de governos incitando a violência e a repressão causam grandes danos ao setor cultural do país



Grafite contra a censura na arte



Protesto contra a censura na arte, na ditadura de 64

A polêmica atual – em torno da arte e dos recursos destinados a ela – começou de maneira mais evidente, em 2017 com a mostra Queermuseu. Cancelada após ataques do grupo Movimento Brasil Livre (MBL), acusando a exposição de “blasfêmia” a “pedofilia” e “zoofilia”.

O episódio iniciou uma série de ataques direcionados à arte. Dentre os alvos, destacam-se o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), que gerou investigação no Ministério Público, e o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), que, através de autocensura, proibiu pela primeira vez a entrada de menores em uma exposição relacionada à sexualidade. Após protestos de artistas em frente ao Museu a entidade voltou atrás na decisão.

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) também entrou na mira. Em 25 de julho, por meio de transmissão em uma de suas redes sociais, Bolsonaro afirmou que buscaria pela extinção da agência e suspendeu o edital que contemplava categorias como diversidade de gênero e sexualidade.

De acordo com o presidente não é dever do poder público fazer produções com temática LGBTQI+. Quando questionado sobre a suposta censura, Bolsonaro afirmou não se caracterizar como tal, pois ele “não está proibindo de fazer, apenas afirmando que não haverá mais dinheiro público para financiar tais produções”.

Apenas uma semana depois o presidente voltou atrás da decisão de extinção, reconhecendo a quantidade de empregos gerados pelo setor audiovisual. Em contrapartida, confirmou a determinação de transferir a sede da Ancine do Rio de Janeiro para Brasília, além de defender uma maior restrição no financiamento.

Os cargos de secretário da Cultura e diretor-presidente da Ancine também sofreram alterações. O primeiro por pedido de demissão do próprio secretário, que caracterizou como censura às medidas tomadas pelo presidente. Já, a saída do diretor-presidente do órgão nacional de cinema aconteceu após decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro acusá-lo de ter repassado informações sigilosas. Em seu lugar, foi colocado como substituto Alex Braga Muniz.

Em nota, a Associação de Produtores Independentes do Audiovisual (API) afirmou “Re-pudiamos tal atitude, pois entendemos que não cabe a ninguém, especialmente ao presidente de uma República democrática, censurar arte, projetos audiovisuais e filmes”.

A postura adotada pelo atual governo de restringir produções e alinhá-las aos ideais cristãos do presidente e da bancada evangélica, assim como afirma o porta-voz Otávio Rêgo Barros, é uma grande tentativa de silenciamento das atividades artísticas.

A censura na Ditadura Militar

No dia 31 de março de 1964 teve início o período de Ditadura Militar no Brasil. O regime foi caracterizado pela restrição aos direitos políticos, pela censura à imprensa e à arte e pela dura perseguição aos opositores.

Durante os anos de 1964 a 1969 vários Atos Institucionais foram decretados para que a permanência dos militares no poder fosse garantida. Dentre eles, estava o Ato Institucional número 5 (AI-5). Jornais, peças de teatro, livros e o balé Bolshoi – por ser da URSS – foram proibidos de circular nestes que foram conhecidos como os anos de chumbo e do endurecimento em relação à censura.

Chico Buarque, um dos grandes nomes da Música Popular Brasileira (MPB), foi um dos artistas que mais sofreu com a censura no período. Conhecido por dividir a autoria da música “Cálice”, um dos grandes símbolos de resistência, o artista foi obrigado a usar o pseudônimo de “Julinho da Adelaide”.

Durante os governos Geisel e Médici, bastava a autoria ser dele para a canção ser censurada. Novelas, programas com grande popularidade na época, também foram grandes alvos, com cenas cortadas e trechos alterados.

A vigilância dos meios de comunicação permaneceu até o restabelecimento da democracia e a promulgação da Constituição de 1988.

CONTRA OS CAFONAS: A CULTURA PEDE LICENÇA

Por Julia Cachapuz, Isabela Fonseca Caligari e Dimitrius Vlahos Voliotis

Inúmeros fatores do contexto sócio-político em que o Brasil se encontra reiteram a todo o instante a importância da cultura para a construção e fortificação da voz popular. Os ataques às expressões culturais vindos do governo atual afirmam, também, quão danosa a regimes autoritários ela é, pois revela as verdadeiras faces da sociedade que, com as suas dores bem expressadas na arte, podem comover, revolucionar e derrubar fortificações de paredes ocas, enfraquecidas pela hipocrisia dos cafonas, como bem diria Fernanda Young.

Nesse sentido, a PUC São Paulo apresentou em seus corredores o canto de uma sociedade incomodada com o caminhar embriagado do governo Bolsonaro, na semana do dia 26 de agosto, através da 3ª edição do seu Festival de Cultura, que levou o tema *Cultura Insurgente: criação como resistência*.

Ao desenrolar do evento, as apresentações se uniram para reiterar que a arte além de não ser um mero objeto de luxo, é uma importante aliada na luta pela justiça social para todos.

1º Dia – Após um atraso de 50 minutos, o público pode experimentar um calor muito intenso vindo do palco inaugural do 3º Festival de Cultura da PUC. A edição deu seu pontapé inicial com um debate marcante.

Regina Pacheco, secretária adjunta de cultura da gestão de Bruno Covas começou a roda de conversa discursando acerca do apoio que a prefeitura de São Paulo dá às periferias. "A

A arte, além de não ser um mero objeto de luxo, é uma importante aliada na luta pela justiça social para todos

cidade é muito mais do que o centro. Ela é toda e para todos", pontuou a profissional.

Em seguida, Dina Alves, advogada doutoranda da PUC-SP e também participante do debate, rebateu a fala de Regina. "A cidade é para quem? A cultura é para quem?", indagou dando sequência a um importante discurso acerca dos ataques da gestão João Dória/Bruno Covas à população negra e periférica, trazendo junto consigo o apoio de Bruno Ramos (Vice-Presidente do projeto social Liga do Funk), que se juntou à colega para mostrar ao Tucarena a realidade dos subúrbios brasileiros. De modo apaixonado, ambos reiteraram a importância das artes na construção de uma "Rebelião Preta".

O debate se encerra e Lucas Afonso, apresentador do "Slam na Ponta" rouba o palco para encantar a todos os presentes com rimas engajadas, entoadas com a força de dez revoluções em prol da liberdade do jovem periférico. O primeiro dia encontrou seu final de maneira harmoniosa ao levar para a PUC-SP a "time-line do passinho", que através dos corpos de Alessandra Valladares, Keysson IDD e Severo IDD, mostrou um pouco da história da criação dos famosos "passinhos" do funk, lembrando que o estilo musical é também uma forma de resistir.

2º Dia – O segundo dia do Festival de Cultura contou com eventos musicais durante a tarde, como a envolvente performance de Nicola e uma sessão com microfone aberto para quem quisesse se aventurar. Todavia, os

principais acontecimentos do dia foram as mesas de debate. Uma delas contou com a presença dos professores Mauro Luiz Peron, Alex Moreira Carvalho, Yvone Dias Avelino e Arlete Assumpção Monteiro na função de mediadora. O tema proposto, "Cultura e Arte Como Resistência", mostrou-se muito relacionado com o atual panorama social do país.

Alex Moreira iniciou o debate trazendo para fins de exemplificação uma obra do cineasta Jean-Luc Godard. Sua intenção era mostrar a importância do cinema durante a Guerra do Vietnã. Conforme o professor apontava, até mesmo o nome atribuído à guerra trazia consigo a ideologia norte-americana, uma vez que, segundo relatos, a "Guerra do Vietnã" era chamada de "Guerra dos Estados Unidos" pelos habitantes vietnamitas.

Partindo da questão identitária, nacionalista no caso em questão, o professor buscou evidenciar que a arte do cinema pode ser considerada além de essencial para a expressão do artista, um material descritivo da história. Mauro Luiz Peron trouxe como complemento à questão levantada por Alex, a forma com que regimes autoritários atacam de maneira primordial qualquer tipo de expressão artística.

Encerrando as palestras da mesa e também o segundo dia do festival, a professora Yvone trouxe um olhar diferente a uma artista muito conhecida pelos brasileiros: Tarsila do Amaral. Ao analisar sua trajetória artística ficam claros os exemplos de como a arte sempre foi uma forma de resistência para a artista.

Poster oficial do 3º festival da cultura - PUC-SP



© PUC-SP

3º dia – Gran Finale – O terceiro dia da 3ª edição de 2019 baseou-se na resistência de povos marginalizados pela sociedade. A primeira mesa de debate do período vespertino acerca do uso dos estilos musicais Rap e Hip-Hop como ação social, cultural e política, iniciou sua apresentação por meio de um freestyle realizado pelo Coletivo Labuta.

A organização formada por estudantes da universidade sede do evento realizou uma espécie de desabafo por meio dessa variação musical com relação aos problemas atuais do país, além de ter dado voz às populações esquecidas pelo governo. O professor do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais, Amailton Magno Azevedo, citou dados históricos sobre o Rap e o Hip-Hop, relatando desde suas origens jamaicanas até as críticas sociais que os estilos musicais delatam na atualidade.

A atração posterior caracterizou-se como uma batalha musical entre os integrantes do Coletivo Labuta com o rapper Lews Barbosa. O último ato, por sua vez, foi marcado pelo som “O Macaco Caído”, na qual o artista elaborou uma trilha entre as teorias criacionista e evolucionista.

O Festival de Cultura acertou na programação e conquistou o público, porém, apenas na próxima edição poderá ser fechado com chave de ouro, uma vez que o debate “Vivência: Eu, múltiplo de mim! O encontro!”, atrasou e não ocorreu. Os três dias de programação superaram as expectativas, mas talvez por falta de audiência ou desorganização faltou um “gran finale” à altura do evento.

A “TIME-LINE DO PASSINHO”, QUE ATRAVÉS DOS CORPOS DE ALESSANDRA VALLADARES, KEYSSON IDD E SEVERO IDD, MOSTROU UM POCO DA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DOS FAMOSOS “PASSINHOS” DO FUNK, LEMBRANDO QUE O ESTILO MUSICAL É TAMBÉM UMA FORMA DE RESISTIR.



© Julia Cachapuz

Grupo “Passinho” se apresentando no TUCA



© Julia Cachapuz

Por Guilherme Bittencourt

“O tons que melhor combinam com seu tipo moreno, bem brasileiro, são branco, rosa, azul-claro, verde-água, turquesa, champanhe e dourado. O gênero será a simplicidade. Hoje, a primeira-dama é um fator importante do desenvolvimento da indústria nacional de seu país”. Foram essas as palavras usadas, em 1963, pelo estilista paraense Dener Pamplona de Abreu, ao se referir à então primeira-dama do Brasil, Maria Thereza Goulart, esposa de João Goulart (1961-1964), considerada uma das mais belas da história do país.

Naquele início de década, o mundo todo tinha os olhos voltados para Jacqueline Kennedy – esposa do presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy (1961-1963) – que transformou a Casa Branca em uma verdadeira passarela com seus elegantes vestidos. Cada elemento do guarda-roupa de Jackie era cuidadosamente escolhido para fomentar o ideal de nobreza da família e do Governo Kennedy: até seus chapéus em estilo pillbox remetiam a uma coroa. O responsável por sua imagem era o estilista Oleg Cassini, que fora contratado depois que o gosto quase obsessivo da então primeira-dama pela moda francesa passou caminhar junto com o patriotismo estadunidense.

Com o boato de que os Kennedy viriam ao Brasil em 1963, Dener tornou-se o responsável pelo vestuário da esposa de Goulart, garantindo a nomeação dela pela revista *Time* como uma das nove “Belezas Reinantes”, ao lado da princesa Grace de Mônaco e da própria Jackie.

Os Kennedy não vieram e, no ano seguinte, João Goulart foi deposto pelos militares, se refugiando com a família no Uruguai. Maria Thereza saía de cena, mas deixava no Brasil a ideia de usar a imagem da primeira-dama como propaganda presidencial. A moda seria um dos poucos elementos da sociedade a não sofrer com o Governo Militar (1964-1985), suas então primeiras-damas foram Iolanda Barbosa (1967-1969), Scila Médici (1969-1974) e Dulce Figueiredo (1979-1985).

Vinte e cinco anos após o fim da Ditadura, Dilma Rousseff foi eleita presidente da República (2011-2016). Ela não contou com uma primeira-dama. Com seu *Impeachment*, Michel Temer, o vice-presidente, assumiu a presidência. Após quase sete anos, a figura de uma primeira-dama voltou a existir, incorporada por Marcela Temer.

Marcela assumiu um perfil discreto durante o governo do marido (2016-2018), aparecendo poucas vezes e sempre vestida de forma simples, abandonando o costume de escolher um estilista pessoal. Ainda assim, ficou marcada pelo singelo vestido branco de algodão que utilizou em seu primeiro evento oficial, em 7 de setembro de 2016, e que repetiu em 1º de janeiro de 2019, na posse do presidente Jair Bolsonaro. Nesse mesmo dia, passava o cargo a sua esposa: Michelle.

Enquanto Marcela portava o mesmo vestido branco simples de três anos antes, Michelle Bolsonaro apareceu em um vestido de seda rosa claro de decote ombro a ombro, evocando o

A REPÚBLICA VESTE PRADA

As primeiras-damas têm papel fundamental no cenário político brasileiro e não parece ser diferente com o governo Bolsonaro



As primeiras-damas e seus estilistas. Da esquerda para a direita: Oleg Cassini e Jackie Kennedy, Michelle Bolsonaro e Marie Lafayette, Maria Thereza Goulart e Dener

© Guilherme Bittencourt

estilo de outras primeiras-damas, como Jackie e Grace Kelly.

Assinado pela estilista paulistana Marie Lafayette, a peça teria demorado 20 dias para ser concluída, levando 14 horas de trabalho diário. O vestido rosa era mais do que uma afirmação de estilo: era a materialização da “nova política”, tão mencionada durante o período eleitoral. A mensagem que a primeira-dama trazia era de que o governo de seu marido seria diferente daquilo visto pelos brasileiros nos últimos anos.

Ainda na primeira semana de 2019 foi revelado que Michelle Bolsonaro tornaria Marie Lafayette sua estilista oficial, como Maria Thereza Goulart havia feito com Dener e Scila Médici com Rui Spohr. A tradicional ligação da primeira-dama com a indústria nacional da moda estava sendo resgatada.

Em meio a tantas outras questões a serem debatidas, parece irrelevante discutir a escolha de guarda-roupa da primeira-dama. Porém, a união entre moda e política é fundamental para a compreensão da sociedade contemporânea.

Em entrevista ao **Contraponto**, a professora e pesquisadora de moda Tetê Laudares – que também apresenta um canal no YouTube, o Descomplicando a Moda, comenta: “Moda e política sempre estiveram ligadas. Podemos voltar à corte de Luís XIV (1643-1715) e até mesmo à de Napoleão (1804-1814), quando as leis protocolares exigiam certa etiqueta que beneficiava a indústria nacional. A figura da primeira-dama é certamente pública, apesar de não ter sido eleita. Muitos governantes souberam tirar bom partido do papel de representação que cabia às suas mulheres. Entre os melhores exemplos, recordo Jacqueline Kennedy e Evita Perón (primeira-dama da Argentina entre 1946 e 1952)”.

“A linguagem simbólica de poder transmitida por meio do vestuário nos leva a admirar, respeitar, bem como desprezar certos indivíduos que ocupam postos de alta posição hierárquica”. E conclui: “As relações de comunicação travadas pelo vestuário, pelo gestual e pelo discurso são, segundo a Sociologia, símbolos de poder”.

O passar dos meses, no entanto, tem mostrado que o estilo “clássico” de Michelle não possui consistência, o que tem suscitado comparações com a política de seu marido. Em 5 de abril, na Cerimônia de Cumprimentos aos Oficiais-Generais Recém-Promovidos, ela usou um vestido branco Lafayette que complementou com um colar de pérolas, lhe rendendo comparações com a falecida Diana, Princesa de Gales.

Já em junho, ao receber o título de “Cidadã do Mundo pela Paz” pela Academia Internacional de Cultura, ousou em um vestido majoritariamente amarelo, com uma estampa similar à grife italiana Versace.

A surpresa geral com a inconsistência no visual da primeira-dama em menos de um ano permite fazer um paralelo com o crescente número de eleitores arrependidos de Jair Bolsonaro, que têm se decepcionado com a ineficiência do presidente em cumprir algumas de suas promessas feitas no período eleitoral. A Michelle do segundo semestre é quase irreconhecível se comparada àquela elegante mulher ao lado do polêmico marido em 1º de janeiro de 2019.

A disposição de Michelle, o trabalho de Lafayette e o governo de Bolsonaro serão determinantes para o legado que a primeira-dama deixará para a história da moda no Brasil, que tem sido útil, mas de fundamental importância para o cenário político brasileiro desde antes da ditadura militar.

POESIA - POESIA - POESIA - POESIA

QUAL O SENTIDO DA VIDA?

Perguntei ao meu priminho de 5 anos:
 Qual é a melhor coisa da vida?
 Ele respondeu: ganhar brinquedo, férias da escola e ter um cachorro

Perguntei a minha vizinha de 15 anos:
 Qual é a melhor coisa da vida?
 Ela disse: descobrir qual profissão seguir, passar no vestibular e arrumar
 um namorado

Perguntei à um amigo de 26 anos:
 Qual é a melhor coisa da vida?
 Admitiu: arrumar um emprego, adquirir um carro e viajar

Perguntei à uma colega de 37 anos:
 Qual é a melhor coisa da vida?
 Respondeu-me: comprar um apartamento, se casar e ter filhos

Perguntei ao meu tio de 65 anos:
 Qual é a melhor coisa da vida?
 Ele declarou: dispor de uma boa fonte de renda e ver a família bem
 encaminhada

Perguntei a minha avó de 90 anos:
 Qual foi a melhor coisa da sua vida?
 Possuir autoconhecimento, fazer o que gostava e acreditava,
 E perseguido meus sonhos,
 Mesmo que os outros me achassem estranha ou errada
 Seguir o próprio caminho é o que dá sentido à vida, o restante vem de
 brinde

Creio que ela esteja certa!

Por Helena B Lorga



© Divulgação

COLIBRI-ABELHA-CUBANO, EU LÍRICO

Elabore um plano de voo. Minuciosamente,
 Anseio a leveza de uma alma em êxtase,
 Para que o peso do mundo na extensão de meu dorso
 Seja gracioso como plumagem de pássaro silvestre.

Alço-me, assim, rumando a desordenada eventualidade
 De existir, divergindo qualquer filosofia racional.
 Por vezes, a fadiga da subsistência martela-me as asas
 E acabo por descansar na poesia de um coração.

Nos versos da vida, encontrei-me engaiolado em uma elegante
 Estrofe que, excentricamente, elucidava a graça de ser livre.
 Rompendo grilhões do passado, reestruturei-me na liberdade
 E voei novamente. Nessa incursão, pude contemplar o sol...

A lucidez banhou em realidade meus pneumáticos ossos,
 Transportando-me ao substantivo coletivo – ruflo entre o bando.
 Na incompreendida multidão poética, permito-me à
 Escansão de sentimentos, podendo somente assim respirar.

Menor ave do mundo, o pássaro mais leve que possa existir.
 Surpreendentemente, sou eu quem passa a maior parte
 Da vida voando. Comigo, a efemeridade de ser criatura.

Persisto em delinear meu plano de poesia, e a cada novo voo
 Tenho a sensação de estar partindo pela primeira vez.

Vitor Hugo Gonçalves

POR QUE *RAFIKI* NÃO SE PROPÓE A SER MAIS QUE UM ROMANCE?

O primeiro filme queniano a ser selecionado para o Festival de Cannes dividiu opiniões dos críticos

Por Letícia Josino

Rafiki, palavra cujo significado é traduzido como amizade, dá nome ao filme queniano, dirigido por Wanuri Kariu. A história acompanha o romance de duas jovens, Kena e Ziki, moradoras de uma comunidade no Quênia. O filme chamou a atenção na quarta Mostra de Cinemas Africanos, que aconteceu em julho de 2019 no CineSesc, em São Paulo.

Apesar de Ziki ter um papel importante na história, acompanhamos os fatos sempre do ponto de vista de Kena. A personagem principal é filha de pais divorciados e por isso foi criada sozinha pela mãe, extremamente religiosa. Kena trabalha na loja de seu pai e eles vivem alguns momentos ternos e marcantes durante o filme, mas a relação entre ambos é difícil e conturbada.

Ziki é introduzida em segundo plano, ela e Kena se encontram algumas vezes antes da aproximação acontecer. Diferente da protagonista, Ziki é mais aberta e responsável pelas atitudes que levam as duas ao romance e aos poucos vamos nos familiarizando com a sua história pessoal. A família mora na região rica da comunidade e possuem caráter rígido. Seu pai é político e concorre nas eleições contra o pai de Kena, algo que acaba se tornando um obstáculo entre as duas, pois as colocam sob o olhar da população.

Essa mesma população se mostra como uma ameaça durante todo o filme, há um ar de tensão e fofoca nos olhares da cidade que parece torná-la pequena demais. Logo no início do filme conhecemos o personagem Waireri. Não há imersão em sua história e nem sabemos ao certo quem é, mas ele nos trás uma perspectiva interessante da cidade sobre homossexualidade. O jovem gay é alvo de vários ataques e por meio dele somos introduzidos à visão dos moradores em relação ao tema, o que o torna essencial para entendermos o peso em torno do romance principal.

A trama é despretensiosa e se apresenta de forma simples, o roteiro não se aprofunda tanto em questões políticas. Também não vai longe na apresentação dos personagens, que carecem de complexidade, o que em alguns momentos dá a sensação de superficialidade e fragilidade do roteiro. Os diálogos são previsíveis. No entanto, há uma sensação, construída pela fotografia, que nos coloca na narrativa, como as cores quentes e vibrantes, sempre em contraposição e as composições visuais do espaço urbano.

Os varais, janelas, ruas, bares e casas são realísticos e por isso aproxima o telespectador de Kena e Ziki, dando a sensação de estarmos presos em suas angústias. Assim como as cenas entre um acontecimento e outro que mostram o cotidiano e as interações daquele espaço.

Podem gerar, inclusive, um certo reconhecimento, já que a narrativa do filme, pode facilmente ser encontrada no centro de São Paulo. Além, disso, ainda há o contexto nacional cercado de religiosidade, política e cultura, notoriamente parecidos com os cenários brasileiros. Da mesma maneira que as questões ligadas à sexualidade enfrentadas em um meio social conservador são semelhantes ao do nosso país.

Outro ponto, são as performances das atrizes Samantha Mugatsia (Ziki) e Sheila Munyiva (Kena). Mesmo que iniciantes, são bastante convincentes, ganhando força nas cenas que abordam as relações com suas



© Reprodução

Cena do filme *Rafiki*, direção de Wanuri Kahu e fotografia de Christopher Wessels

mães Rose (Patrícia Amira) e Mercy (Nini Wacera). Apesar de o filme não ir muito longe na construção dos personagens, as duas roubam a cena em alguns momentos, trazendo questões ligadas ao que é ser mulher e mãe no Quênia.

No último ano *Rafiki* ganhou um significado político e foi destaque em Cannes, sendo o primeiro filme queniano selecionado para o festival. Contudo, nos veículos de comunicação se tornou alvo de muitas críticas negativas por não sair do patamar clichê de romance. Se visto como uma obra fora de contexto pode soar simplório e um tanto superficial. Para entender seu significado é preciso olhá-lo de dentro do sistema no qual ele se insere. Não devemos esquecer que a obra foi produzida no Quênia, país onde a homossexualidade ainda é criminalizada e que uma produção como essa, nessa perspectiva, se torna política por sua existência em si.

“Eu não acho que *Rafiki* seja político, é uma obra de arte, eu acho que as pessoas são políticas” – comenta Wanuri Kariu em entrevista para TRACE. Segundo a própria diretora, *Rafiki* é construído com a pretensão de ser um filme de romance, o que o torna revolucionário está justamente numa contradição. Uma relação como a mostrada no filme, não havia sido nunca antes retratada no Quênia ou até vinculada em um festival grande como Cannes. O fato de algo tão simples se fazer ameaçador a ponto de ser censurado no próprio país, é o que faz a narrativa de *Rafiki* potente.

A história nos trás um espelho das vivências lésbicas pouco retratadas e da homofobia sob um novo ponto de vista, se distanciando das narrativas hegemônicas europeias que tomam conta de quase todo o conteúdo produzido sobre a realidade LGBTQI+. Isso tudo, sem deixar de se propor a ser substancialmente romântica, afinal quando analisamos o espaço onde foi construído, um filme de amor se torna tão ou mais importante do que narrativas particularmente dolorosas.

O DESENHAR DA BOCA

Por Matheus Lopes Quirino

Não é impossível, mesmo as bocas mais bonitas podem se curvar à tristeza



© Reprodução

Vez ou outra o peito se enche de tristeza. Sentimos nele um líquido pantanoso que, se não bem drenado, é perigoso transbordar. Sai pela boca. E então, nesse terreno anfíbio que é o coração, perguntei-me, já às lágrimas de crocodilo: não seriam elas a saída de toda essa tristeza? Dúvida que deixo ao leitor, se houver, é claro.

Não é de todo ruim a tristeza. Ela só é um bocado triste. Nos acostumamos. Como se vagássemos sem destino num dia cinzento e nebuloso. E na verdade estávamos almoçando sozinhos, comendo em um selfi service caro. Os guardanapos são de papel. Os canudos são de plástico. Tartarugas morrem. Um homem morreu de frio na noite passada. Outro de fome, duas quadras adiante deste restaurante.

Convivemos com a tristeza durante boa parte do nosso dia. Parece vir a galope no mais puro sangue, um major, bradando, pedindo as credenciais do Recruta Zero. E, mais de uma vez ouvimos de alguma boca pelas ruas ou galerias a frase tão batida "sou um zero à esquerda". Responderia Luís Inácio "pelo menos, não à direita".

E talvez ele tenha razão. Mas sem entrar no mérito das direções que porventura alguém como você, leitor eventual, tiver escolhido e, não pretendo guiá-lo a caminho algum. Só venho hoje para falar um pouco de tristeza, ou deixar, talvez, uma pitadinha com vocês da que transborda hoje em meu coração. E não se apiede. Acabo tendo que lidar com várias tristezas. Todos os dias, umas tão bobinhas que, num pulo, convertem-se em alegrias.

Quantas frases tristes estão dadas a todo momento nos jornais, sites, letreiros, televisão. Pega-se tristeza como se pega resfriado. Não há felicidade em um vagão de trem no horário de pico e nunca haverá. Nem em uma criança abrindo o berreiro quando a mãe some das vistas, ao deixá-lo na escola. Ou durante um litígio temporâneo. Sequer no entrevem de um diagnóstico temido. Muito menos durante uma escalada na montanha, seja ela qual for.

Essa coisinha chamada tristeza sai de milhares de bocas todos os dias. Das mais feias, ressecadas, murchas, com alguma deformação ou doença de pele. E talvez essas pessoas se sintam tristes, primeiramen-

te, por suas bocas. Sendo os lábios um desastre da própria natureza, muitas vezes incorrigível, pois nem todos podem fazer plástica – oh, que tristeza.

Como se resolvesse cirurgia ou corretivo. Muitas vezes muda-se boca, nariz, afina-se o rosto, puxa daqui, corta dali, estica de lá. Mas a tristeza... ela não vai embora. A fisionomia mostra. Os olhos caem, a boca murcha. Mesmo as bocas mais bonitas, aquelas vermelhas de lábios carnudos e bem desenhados, estas também podem se curvar à tristeza.

E ainda no assunto da boca, não só a língua sai para fora. Como também, dos rincões deste mesmo peito pantanoso, às vezes, sai-se a mais bela sinfonia, saída de lábios de mel, ou de fel. De Amy Winehouse, Whitney Houston, Elvis Presley, e grande elenco, dos citados, todos tinham, além das bocas bonitas, não só a música incomum, como a tristeza.

Cantores, atores, artistas plásticos, atendentes de telemarketing, psicólogos (sim), líderes espirituais (sim), cozinheiros, marceneiros, taxistas, professores, músicos, cabeleireiros e manicures, massagistas, agentes de trânsito, da polícia, do corpo de bombeiros, taxidermistas, recepcionistas, jornalistas, esportistas e, principalmente, escritores. Todos sofrem de tristeza.

E ela transborda, se não pela boca ou pelos olhos, ao caso do escritor, quando a tristeza vem à porta, ele a convida para entrar. Abre um vinho e uma S. Pellegrino, serve o couvert, pode até gargalhar com a tristeza. Jogar uma partida de cartas, fumar um cigarro de menta, escutar Ney Matogrosso (esse sim, é só alegria) e contar fofocas literárias. É uma alegria que é triste.

Ela entra e fica. Povoa a casa do escriba, percorre bom território. Sendo exorcizada apenas pelas palavras, em lauda ou computador. A tristeza também está no andar pelas ruas de madrugada, pelas avenidas da Bela Vista ou nas ruelas do Tendal da Lapa. A tristeza tem seu próprio caminho, pela sombra da madrugada, tardia, ela ressurge, é companheira. Até o amanhecer. Quando chega a alegria.

Por Sara de Oliveira e Gabriel Paes

Os amantes da modalidade mais popular do Brasil sabem que futebol não é somente um esporte. Pessoas carregam histórias e times também. Como aprender mais sobre os fatores que englobam futebol a partir da leitura?

Apesar de sermos considerado o país do futebol, o tema é ainda raro em nossa literatura. Por isso, O Contra-Ataque reuniu dez dicas de livros para que todos mergulhem de cabeça.

1 – Bicha (João Abel)

"A obra escrita de forma brilhante chega no momento em que as entidades que comandam o esporte começam a prever punição esportiva para clubes envolvidos em cânticos e atos homofóbicos de suas torcidas. O grande mérito do livro é tratar a homofobia de forma estrutural, não como apenas algo relacionado ao futebol. Uma contribuição como essa é fundamental no processo civilizatório em que a gente vive. Uma luta necessária para que a gente valorize os direitos de pessoas LGBT" – Breiller Pires, jornalista do El País e da ESPN Brasil.



Divulgação

**João Abel
destrincha o reflexo
da homofobia
estrutural no futebol
brasileiro**

2 – A Selva do Futebol (Raul Andreucci e Túlio Kruse)

O primeiro livro da editora No Barbante esmiúça a construção da Arena da Amazônia e o cenário do futebol amazonense. Os autores do livro-reportagem desenvolvem a relação da extração da madeira ilegal que roda o Brasil e volta para estruturar o estádio. A obra traz um paradoxo interessante: o exuberante estádio construído para a Copa do Mundo de 2014 e as condições da federação amazonense, inexpressiva no cenário nacional.

"É isso, leitor, o que você tem em mãos. O espanto de dois jovens talentosos sobre A Selva do Futebol", escreve em um dos prefácios André Ribeiro, autor das biografias de Telê Santana e Leônidas da Silva.

DEZ LIVROS PARA ENTENDER A CULTURA BOLEIRA NO BRASIL

3 – Viagem em torno de Pelé (Mário Filho)

"Vocês vão ter que procurar em sebo. Esse livro foi escrito na década de 60, no olho do furacão da carreira do Pelé. É como se alguém que escreve muito bem e poeticamente faz um livro sobre o Neymar no meio da carreira dele hoje. Com a diferença que não existia tanto jornal e selfie para sabermos o que acontece com ele. Esse livro conta o Pelé criança, adolescente e os primeiros passos no Santos e na Seleção. É incrível, uma joia", Raul Andreucci, rasgando mais alguns elogios ao autor que deu nome ao Maracanã.

4 – À sombra de gigantes (Leandro Vignoli)

"O Leandro fez o livro de forma independente, após uma viagem à Europa para conhecer clubes pequenos que vivem à sombra de outros, que são gigantes. St. Pauli – que virou hype – e Rayo Vallecano são algumas das histórias de clubes minúsculos que ele conta durante esta viagem cara, que permitiu a publicação desse puta livro" – Bruno Rodrigues, jornalista da Folha de S. Paulo e fundador do blog Futebol Café.

Para a pesquisa foram visitados 13 pequenos clubes, em um total de 10 cidades, em oito países diferentes no continente europeu. Cada capítulo acontece em um estádio diferente, trazendo a emoção vivida pelos torcedores, o que torna o futebol algo maior que um simples jogo.

5 – O Drible (Sérgio Rodrigues)

"Esse é o melhor livro que envolve literatura e futebol na face da Terra. Se você ler a primeira cena que é a descrição do lance do Pelé no gol que ele perde na Copa de 70 (o drible da vaca de Pelé), você não para mais", Raul Andreucci, fundador da No Barbante e autor de A Selva do Futebol.

O Drible tem como tema um problema familiar mal resolvido, um ajuste de contas entre pai e filho. A memorável cena do drible de Pelé no goleiro uruguai Mazurkiewicz na semifinal da Copa de 70 é utilizada pelo autor para retomar antigas questões sentimentais.

6 – Saída Bangu (Guilherme Trucco)

"Você escreve bem pra cacete. Esse livro é uma delícia", Juca Kfouri, jornalista esportivo sobre o livro e seu autor.

Saída bangu é uma expressão boleira que significa "sair jogando de qualquer maneira", sendo o reinício do jogo pelo goleiro e não no centro de campo. O autor fala sobre as regras que vão se alterando durante as partidas de rua e conta histórias surreais que misturam fatos que conhecemos sobre as Copas do Mundo e personagens famosos como Sócrates e Garrincha.

7 – Ingresso (Franciel Cruz)

"É o torcedor mais chato e ao mesmo

tempo mais genial que eu conheço. É um dos melhores livros da minha vida que eu já estou lendo. Leiam o livro dele, só fala mal do Bahia, mas é um livro maravilhoso. São os olhares dele sobre Salvador, sobre a Bahia, sobre o Carnaval, sobre o Vitória, sobre futebol, sobre sociedade, sobre Gilberto Gil, sobre tudo", Vinicius Nascimento (Vinícius), repórter do Correio da Bahia e torcedor do tricolor baiano.

8 – Gigantes do Futebol Brasileiro

(João Máximo e Marcos de Castro)

"Qualquer um que quiser ser jornalista de futebol deveria ler para poder fazer o perfil de algum jogador ou contar alguma história de carreira. Eles fizeram uma primeira edição na década de 60 e uma outra no início dos anos 2000. É uma mini-biografia de cada um, mas não do jeito Wikipedia. É poético, historinhas que fazem a vida do cara", conta Raul Andreucci.

Na edição de 65, eram 13 perfis sendo eles: Friedenreich, Fausto, Domingos da Guia, Romeu Pellicciari, Leônidas da Silva, Tim, Jair Rosa Pinto, Zizinho, Heleno de Freitas, Danilo Alvim, Nilton Santos, Garrincha e Pelé. Quarenta e seis anos depois, a segunda edição foi feita e foram adicionados mais 21 nomes como Didi, Ademir de Menezes, Gerson, Rivellino, Tostão, Falcão, Zico, Romário e Ronaldo.

9 – Mulheres Impedidas: a proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo (Giovana Capucim e Silva)

Um dos poucos livros que trata sobre a proibição do futebol feminino no Brasil. Na Era Vargas, a modalidade foi proibida por lei e, para entender como essa proibição foi possível, a historiadora Giovana recorreu a documentos e jornais da época em seu mestrado. Ela demonstra que as quatro décadas de proibição trouxeram problemas até os dias de hoje, como o pouco incentivo ao futebol, falta de patrocinadores e grande diferença salarial.

10 – O Negro no Futebol Brasileiro (Mario Filho)

"É a Casa-Grande & Senzala do futebol", Maria Tereza, jornalista d'O Contra-Ataque.

Livro publicado em 1947, aborda um assunto incômodo para a época: o ingresso lento e doloroso de negros e mulatos no futebol brasileiro. O primeiro herói mulato do esporte no país foi um atacante de cabelos crespos, filho de pai alemão e mãe negra. Friedenreich se tornou ídolo em 1919, depois de fazer um gol contra o Uruguai. O livro aborda a inovação da equipe de futebol do Clube Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, um time formado por brancos, negros e mulatos, campeão da Primeira Divisão do campeonato carioca enfrentando equipes formadas apenas por brancos.